



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE FORMAÇÃO DOCENTE
CURSO DE PEDAGOGIA

RAYANNE ALVES DE MOURA

**A TRAVESSIA DAS MULHERES-ESTUDANTES-MÃES DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO - CAMPUS ACADÊMICO DO AGRESTE**

CARUARU

2023

RAYANNE ALVES DE MOURA

**A TRAVESSIA DAS MULHERES-ESTUDANTES-MÃES DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO - CAMPUS ACADÊMICO DO AGRESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Profa. Dra. Conceição Gislâne Nóbrega Lima de Salles

CARUARU

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Moura, Rayanne Alves de.

A travessia das mulheres-estudantes-mães da Universidade Federal de Pernambuco - Campus Acadêmico do Agreste / Rayanne Alves de Moura. - Caruaru, 2023.

94 : il., tab.

Orientador(a): Conceição Gislâne Nóbrega Lima de Salles

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Pedagogia - Licenciatura, 2023.

Inclui referências, apêndices.

1. Mulher. 2. Universidade. 3. Maternidade. I. Salles, Conceição Gislâne Nóbrega Lima de. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

RAYANNE ALVES DE MOURA

**A TRAVESSIA DAS MULHERES-ESTUDANTES-MÃES DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO - CAMPUS ACADÊMICO DO AGRESTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: 10/05/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Conceição Gislâne Nóbrega Lima de Salles (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esse trabalho as mulheres da minha vida: Ilda Pereira Alves, Klélia Alves de Moura e
Luna Alves dos Santos Brito. Vocês são muito amadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Klélia Alves que sempre me incentivou a ser um ser humano melhor e uma estudante dedicada.

Agradeço a minha avó Ilda Pereira Alves que me criou e apresentou valores indispensáveis a minha formação.

Agradeço a minha filha Luna Alves, a quem eu amo tanto, e me mostrou algo pelo que lutar.

Agradeço à minha orientadora Conceição Nóbrega por não me permitir negligenciar aspectos importantes que vieram a ser abarcados nesse estudo e, com isso, me apresentar mais fielmente frente aos meus valores e as colocações necessárias.

Agradeço ao meu irmão Mário Gomes e minha irmã Kilma Alves que sempre se fizeram presentes e colaborativos na minha trajetória.

Agradeço ao meu tio Eraldo Salustiano de Moura por sua recorrente participação e contribuição à minha formação desde o ingresso na Universidade.

Agradeço a minha amiga Natália Torres por estar por perto nos grandes momentos da minha vida, tanto bons quanto ruins.

Agradeço aos meus colegas de curso e em especial à Augusto Silva que me acompanhou da matrícula à leitura deste trabalho fazendo considerações sempre relevantes.

Agradeço a avó paterna da minha filha, Josceline Cláudia dos Santos pelo amor e tempo dedicados à Luna e que contribuíram concomitantemente para a presente escrita.

Só sou porque vocês são.

“‘Não’, ele escutou o vento dizer: ‘Se eu tivesse lhe contado, você não teria visto as Pirâmides. São muito bonitas, não acha?’” (COELHO, 1999, p. 246)

RESUMO

Este estudo se propõe a compreender a trajetória de Mulheres-Estudantes-Mães dos cursos de graduação da Universidade Federal de Pernambuco - Campus Acadêmico do Agreste, de modo que tem como objetivo destacar aspectos significativos elencados pelas estudantes mães dos cursos noturnos da UFPE a respeito do entrelace entre a maternidade e a universidade considerando as assistências a elas direcionadas. Para tanto, as principais fontes de pesquisa foram a revisão bibliográfica junto ao uso de questionários online enviados as participantes. No que concerne ao trato metodológico, este seguiu a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), abordando percepções e realizando inferências a partir do aporte teórico e dos relatos trazidos pelas participantes. Diante dos dados, problematizou-se questões de cunho sócio-histórico ligadas tanto à Maternidade, quanto à Educação Infantil e à Universidade tendo em conta os requerimentos e assistências prestadas pelo âmbito acadêmico aludido. Desta forma, o estudo se justificou pela necessidade de tratar e refletir o espaço-tempo necessário à Mulher-Mãe-Estudante para que possa desenvolver suas aprendizagens no espaço acadêmico uma vez que é perpassada por fatores que influenciam seu ingresso e permanência no contexto universitário. Os dados evidenciaram que os construtos histórico-sociais, implicações emocionais, questões financeiras, participação paterna na vida dos filhos, presença ou falta de rede de apoio, atenção à perspectiva do cuidado de si, a existência e aquisição das assistências estudantis, bem como a necessidade de refletir o acolhimento e espaços como fraldário e sala de amamentação são fatores constituintes do contexto maternidade-universidade. Também nos sinalizam sobre a importância e o sentido das Universidades Públicas, especificamente no que se refere a seu projeto de interiorização, permitindo o acesso à educação gratuita e de qualidade para além dos grandes centros, se revelando em materialização de direito a todas e todos, e com isso possibilitando o alcance às camadas populares, que incluem as participantes dessa pesquisa, na construção, estudo, reflexão, traçar de caminhos, tentativas e sonhos frente a novas perspectivas de cunho pessoal e profissional para as mulheres mães, para as crianças, infâncias e para o mundo.

Palavras-chave: Mulher; universidade; maternidade.

ABSTRACT

This study aims to understand the trajectory of Women-Mothers-Students from the undergraduate courses at the Universidade Federal de Pernambuco (Federal University of Pernambuco) - Campus Acadêmico do Agreste (CAA), so that it aims to show aspects inspired by the student mothers of the night courses at UFPE regarding the relationship between maternity and the university considering the assistance directed to them. For that, the main sources of research were a bibliographical review along with the use of online questionnaire sent to the participants. Regarding the methodological treatment, it followed the Content Analysis proposed by Bardin (2011), addressing perceptions and making inferences from the theoretical contribution and reports brought by the participants. In view of the data, issues of a socio-historical medicinal nature were problematized both for the Maternity, as well as for Early Childhood Education and the University, considering the requirements and assistance provided by the aforementioned academic. In this way, the study is justified by the need to treat and reflect the space-time necessary for the Woman-Mother-Student so that she can develop her learning in the academic space, since she is permeated by factors that influence her entry and permanence in the university context. The data showed that the socio-historical construction, emotional issues, financial problems, paternal participation in children's lives, presence or lack of support network, attention to the perspective of self-care, the existence and acquisition of student assistance, and also reflections about spaces to changing diapers and breastfeeding rooms, are constitutive factors in the context of motherhood-university. They also signal us about the importance and meaning of Public Universities, specifically with regard to their interiorization project, allowing access to free and quality education beyond the large centers, revealing itself in the materialization of the right to all, and thereby allowing the reach of individuals, which they include as participants in this research, in construction, study, reflection, tracing paths, attempts and dreams in the face of new perspectives of a personal and professional nature for women mothers, for children, childhoods and for the world.

Keywords: Woman; university; motherhood.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	APORTE TEÓRICO.....	14
2.1	<i>Maternidade e universidade: um dilema.....</i>	14
2.2	<i>Desafios e algumas contribuições ao ingresso e permanência de Mulheres- Estudantes-Mães na Universidade.....</i>	19
2.3	<i>Pensar a criança e a infância: Partes constituintes desta história.....</i>	24
3	METODOLOGIA.....	31
4	ANÁLISE DE DADOS: O MUNDO DAS MULHERES-ESTUDANTES- MÃES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – CAA	34
4.1	<i>Perfil das Mulheres-Estudantes-Mães dos cursos noturnos da Universidade Federal de Pernambuco - CAA</i>	35
4.2	<i>Principais dificuldades no conciliar Maternidade e Universidade: Características relevantes que atravessam a condição de Mulher-Estudante- Mãe.....</i>	47
4.3	<i>Apontamentos à melhoria ao acesso e permanência considerando o contexto Maternidade-Universidade.....</i>	57
5	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	67
	REFERÊNCIAS.....	69
	APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO GOOGLE FORMS	74
	APÊNDICE B: GRELHA DE DADOS COM AS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO PELO GOOGLE	81

1 INTRODUÇÃO

Importa saber a princípio que a formação humana, tanto de modo geral, quanto das tratadas institucionalmente, é constituída por variados fatores (cultura, necessidades, política, subjetividades que englobam valores e percepção do mundo e a hegemonia de umas sobre as outras, normas, objetivos, etc.) que são formados no decorrer das relações humanas.

Conhecer e trabalhar com questões que tratam da educação é um desafio, na perspectiva de perceber as imbricações presentes em situações micro que se revelam dentro desse processo. Dentro destas é necessário saber “o quê?”, o “por quê?”, o “como?” e o “para quem?” a formação se dirige e o que está por trás de sua estrutura e intencionalidade, ou seja, qual o tipo de sociedade almejada frente à organização da educação como está posta? Pensar isso, em nossa conjuntura social requer o reconhecimento das desigualdades que a atravessam, bem como das causas e implicações também sociais que acarretam.

Essas são questões importantes porque sugerem que entremos num processo de reflexão mais profunda acerca dessa necessidade inerente a todo ser humano, a de pertencimento e participação, e que se apresenta nas mais variadas situações inclusive e principalmente dentro dos espaços formativos, como na universidade, onde se é possível vivenciar uma gama de experiências que acompanha os membros dessa área durante a continuidade e até posteriormente ao processo de prática e estudo dentro dessas instituições.

Diante deste cenário é necessário tratar do prognóstico de que a cultura e seus estabelecimentos em formas de relações e papéis sociais perpassam os ambientes e instituições sociais, indicando o que é aceito ou não dentro desse sistema de acordo com a cultura vigente, frente a isso, os espaços educacionais muitas vezes apresentam reflexos dessas constituições precedentes e contínuas, o que se pode notar através do currículo oculto¹, por exemplo. Devido a tal percepção, busca-se saber o que pensam e dizem as Mulheres-Estudantes-Mães dos cursos noturnos da Universidade Federal de Pernambuco – Campus Acadêmico do Agreste a respeito de suas vivências neste espaço, bem como sobre o atendimento a suas especificidades, diz-se de reconhecimento e assistência quando se trata de garantia de acesso e permanência em suas formações.

O pressuposto colocado é de que as Mulheres-Estudantes-Mães da Universidade Federal de Pernambuco - CAA enfrentam dificuldades no que concerne à conciliação em espaço e tempo entre maternidade e universidade, de modo que apresentam por vezes desvantagens no

¹ No sentido aqui explicado a partir de FONSECA, Luis Eduardo Gauterio. Na obra “O currículo oculto e sua importância na formação cognitiva e social do aluno.” (2017).

quesito de possibilidades de aprendizagem, pela impossibilidade (em alguns momentos) de desenvolver atividades, ou de maior dedicação às questões universitárias, e até mesmo em sua presença no espaço acadêmico nas horas-aula devido ao horário noturno em que os cursos se dispõem, que por um lado atende à população estudante e trabalhadora diurna, mas em certa medida não abrange uma garantia maior de acesso e permanência às estudantes mães que ali estão.

Diante disso apontamos que, como previsto na Constituição Federal de 1988, é dever do Estado à garantia dos chamados direitos sociais, sendo eles

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988)

Estes devendo ser direcionados a todos os sujeitos sociais, inclusive as mulheres, nos permite afunilar ainda mais a questão: Uma das dimensões da vida da mulher na sociedade atual é a de estudante. Todavia, quando o ser estudante é atravessado simultaneamente com o ser mãe, a trajetória formativa muitas vezes sofre atrasos, isenções de participação e até mesmo desistências. Nesta conjuntura no Art. 203 da Constituição (1988) se tem: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice (...)” (BRASIL, 1988).

De modo que pensar nessas problemáticas é também pensar em uma sociedade que busca concretizar os direitos para si escritos em nível também social, se fazendo mais crítica a essas questões e todas as suas implicâncias, inclusive sobre o suporte dado às crianças enquanto suas colocadas “principais responsáveis” buscam sua profissionalização no espaço acadêmico. Não se dizendo de subservir enquanto idealizar um depósito de crianças durante os horários-aulas de suas mães, mas de refletir situações e possibilidades considerando as necessidades das crianças que envolvem segurança, cuidado, dimensões pedagógicas, envolvimento, compreensão, etc. e das mães que buscam e necessitam uma educação de qualidade nas Instituições que frequentam.

Como já é sabido, a educação presume modificações e adequações conforme ocorrem mudanças nos âmbitos sociais que abarcam a tecnologia, a cultura, a política, a economia, dentre outros aspectos, para que os objetivos da mesma se concretizem e a relação escola-sociedade (lê-se realidade) seja mantida. Frente a isso, a questão problema que se põe é: O que

pensam e dizem as estudantes-mães dos cursos noturnos da Universidade Federal de Pernambuco a respeito das assistências prestadas às suas especificidades pela Universidade?

Portanto, o objetivo geral é compreender aspectos significativos elencados pelas estudantes mães dos cursos noturnos da UFPE a respeito do entrelace entre a maternidade e a universidade considerando as assistências a elas direcionadas. Os específicos, por sua vez, tratarão de 1- mapear as principais dificuldades que as estudantes-mães enfrentam no dia a dia para conciliar a maternidade e a Universidade; 2- Identificar características relevantes que atravessam a condição de mulher-mãe-estudante perpassando as percepções sociais constituídas sobre maternidade; e 3- Analisar os apontamentos destas mulheres para a melhoria ao acesso e permanência das mesmas no que concerne à conciliação entre maternidade-universidade.

No que diz respeito à relevância do problema Marshall e Rossman (1989, apud MAZZOTTI, 1991, p. 58), inferem que a razão de um estudo se mostra através de indicadores de sua contribuição para a formação do conhecimento, bem como seu usufruto para a prática profissional e para a formulação de políticas.

Porquanto, como **justificativa pessoal** apresento a percepção de uma motivação intrínseca (porém, decerto que não única ou pioneira) de compreender uma das faltas, no que se refere ao pensar a mulher em sentido social-histórico e cultural constituído, dentro do espaço acadêmico, visto que o ser mulher engloba muitas vezes a maternidade que se subdivide em categorias de mãe solo ou casada sem rede de apoio, empregada ou desempregada em busca de subsistência, e detentora única do papel de dona de casa e responsável pelo cuidado ininterrupto dos filhos.

Buscar tratar a necessidade do espaço-tempo necessário à Mulher-Mãe-Estudante para que possa desenvolver suas aprendizagens no espaço acadêmico, pensando suas experiências e carências elencadas por estabelecimentos sociais foram fatores inquietantes, pois perpassaram minha trajetória acadêmica e vida pessoal, quando me vi desamparada frente ao retorno às aulas presenciais, após o período remoto dado em consequência da pandemia da COVID-19, diante da qual engravidei e tive minha bebê, mas ao me encontrar separada e buscar suporte do pai da criança o mesmo me informou que não poderia ficar com ela durante as minhas horas-aula, e mesmo que posteriormente tenha tomado outra postura, visto que eu mesma assistia às aulas remotas com minha filha no colo e tivesse possibilitado a ele que completasse sua graduação que se dava em mesmo horário em outra universidade, tal acontecimento me doeu e me fez questionar os construtos sociais que são por muitas vezes injustos e cruéis com as mães e mulheres de uma forma geral, tendo eu mesma percebido isso desde a infância com o abandono do meu pai para comigo e meus irmãos antes mesmo da separação com minha mãe,

e pelo meu avô à minha avó materna, mãe e tios. Em virtude disso, e devido aos constantes e cansativos desdobramentos para responder a estes e outros papéis sociais que desempenho (filha/professora/dona de casa, etc.), o estudo proposto parte em busca de contribuir qualitativamente em sentido educacional e, por consequência, social para uma formação mais integral e concedente de Mulheres-Mães.

Como **Justificativa acadêmica** exponho o presente trabalho enquanto contribuição para a minha formação bem como a de futuras profissionais além de servir de material de apoio e/ou consulta para estudos posteriores que tenham como finalidade abordar a mesma temática ou outras a qual esta possa vir a se relacionar.

Como **justificativa social** coloca-se que esse tema em toda sua complexidade estruturante está presente na fase de formação de novas profissionais e de repercussões sociais subsequentes, podendo ser um elemento que forma e motiva a ocupação de espaços acadêmicos por sujeitas que tiveram por muito tempo seu espaço delimitado a própria casa.

Assim, esse estudo almeja contribuir com a sociedade, num processo de reflexão a respeito da contribuição desse tipo de mobilização, já que é feita necessária no processo educativo. Desta forma, o presente estudo expõe a necessidade de perceber e entender essa relação nos dias de hoje uma vez que ela pode influir no ingresso e permanência de estudantes mães no contexto acadêmico, contribuindo para a ocupação por mulheres em espaços almejados por si e num contexto mais amplo pela busca histórica de obtenção e efetivação de direitos em possibilidade de desenvolvimento pessoal, profissional e social.

2 APORTE TEÓRICO

O aporte teórico levantado aponta relação direta com o tema (objeto já tratado em outras universidades), abarca relato de experiência, levantamentos sociais e econômicos, destacam a relevância/importância da temática, abordam a percepção da Infância, Maternidade e de seus papéis sociais, dão atenção aos desafios do ingresso e permanência de Mulheres-Estudantes-Mães na Universidade, elegem o dilema materno e busca pela permanência na graduação, tratam da desigualdade de gênero, retratam a identidade e funções assumidas pela mulher/mãe/estudante/trabalhadora e referem-se às Políticas públicas, como a Legislação da Constituição (1988) e a Assistência estudantil.

2.1 *Maternidade e universidade: um dilema*

Nos cabe citar a importante conquista no que se refere às Instituições Educacionais Federais voltadas ao fornecimento de um Ensino Superior àqueles e àquelas provenientes da classe popular. Tendo relevância destacar a importância da trajetória de interiorização das Universidades, pelas suas práticas educativas e, em segundo lugar pela proposição de acesso e qualificação na formação para os diferentes segmentos e territórios da sociedade, isso advém de reivindicações sociais que partem da percepção de que os indivíduos que integram nossa sociedade possuem necessidades inseridas em realidades diferentes.

No entanto, a garantia da continuidade desse direito em efetivação de seu objetivo de promover a igualdade ao acesso e permanência vêm a partir na análise das políticas públicas para que estas se adéquem de fato ao cenário social e possam modificá-lo a começar da garantia de direitos para melhores condições de vida dos seus sujeitos nos mais diversos âmbitos, o que abarca os vieses da saúde, da cultura, da economia e concomitantemente da educação.

Conforme abordado ainda na Introdução, há legislações que resguardam o direito a Educação e a Assistência Social. Entretanto, há a Lei e há a realidade, por isso o ciclo da política pública advém de uma demanda social e gera novas políticas, e estas quando são pensadas requerem considerações que envolvem recursos, estratégias, regulamentações, etc. Frente a isso, é fundante afirmar que para garantir mesmo os direitos básicos é necessário criar políticas específicas que possibilitem de fato a efetivação destes. No campo da Educação as políticas públicas de acesso ao ensino superior são, de acordo com Cury (2005), de cunho compensatório guiadas pelo princípio da igualdade na escolaridade, e buscam equilibrar a afluência aos bens sociais e inserir os sujeitos sociais em uma maior qualificação profissional.

No que se refere ao acesso ao ensino superior, segundo Paula (2009), este deve

(...) vir acompanhado de medidas efetivas que garantem a permanência dos estudantes nas universidades. Isso requer investimento considerável em assistência estudantil e depende do fortalecimento da educação pública em todos os níveis, fundamental, médio e superior. [...] (PAULA, 2009, p.19 apud ASSUNÇÃO, 2021, p. 21).

Nisso, a garantia da existência e acesso a programas de assistência estudantil emerge enquanto direito, e seus recursos devem ser implantados enquanto investimento uma vez que “suas consequências são a formação de jovens capacitados para desenvolverem-se e ocuparem papéis estratégicos na sociedade, efetivando a mobilidade social enquanto sujeitos emancipados” (SILVEIRA, 2012, p. 48).

Muito se fala em dificuldade na permanência de mulheres em espaços educacionais e de trabalho devido à falta de apoio, de estrutura, e também por questões emocionais advindas de tensões vivenciadas por estas mulheres durante o tempo que precisam estar nestes ambientes e não têm com quem deixar seu/s filho/s. Este aspecto pode ser evidenciado em alguns trabalhos como o de Assunção (2021) ao tratar o curso do período noturno de licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e por Viana (2016) ao descrever sua experiência como estudante-mãe no curso de Pedagogia na Universidade de Brasília.

Um dos fatos constituintes que apontamos é que o horário de saída das creches e escolas públicas ou particulares encerra-se no mais tardar às 17:30 - 18:00, o que não condiz com os horários dos cursos noturnos que geralmente iniciam às 18:50 – 19:00 e encerram-se às 22:00 – 22:10. Esses horários não se casam levando a dificuldades no comparecimento ou permanência nas aulas pelas estudantes mães que não têm com quem deixar seus filhos após a saída da escola. De modo que por mais que a Universidade pública disponha de assistências tal como o auxílio creche, a mãe-estudante ainda enfrenta problemáticas que discutiremos a partir deste ponto.

Urpia e Sampaio (2009) tratam da necessidade de atenção especial para a mulher por parte da universidade devido à desvantagem na permanência na instituição devido às especificidades deste grupo social, o que nos leva a considerar a vantagem que os homens têm no que se refere ao uso do tempo em relação às mulheres, mesmo aquelas que não são mães, mas se vêem colocadas no papel de responsável do lar, além de estudante e trabalhadora.

Essas questões entrelaçam e fixam a relação Universidade-Contexto Social, sendo geradora e gerada pelo ambiente social no qual se estabelecem e dinamizam influenciando-se concomitantemente a partir de seus construtos históricos e objetivos, de modo que as

implicâncias culturais, sociais e econômicas advindas de construções históricas, contribuem para uma certa manutenção social no que concerne a dificuldade em ocupação e/ou desenvolvimento em certos espaços por determinado(s) grupos.

Neste ponto convém explicar o conceito de gênero e suas relações na sociedade a fim de compreendermos melhor as proposições que permeiam esse estudo, deste modo aponta-se que “Gênero refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres que são o resultado de uma construção social do papel do homem e da mulher a partir das diferenças sexuais.” (CABRAL; DIAZ, 1998, p. 1).

O papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo. Esse papel começa a ser construído desde que o(a) bebê está na barriga da mãe, quando a família de acordo à expectativa começa a preparar o enxoval de acordo ao sexo. Dessa forma, cor de rosa para as meninas e azul para os meninos. Depois que nasce um bebê, a primeira coisa que se identifica é o sexo: “menina ou menino” e a partir desse momento começará a receber mensagens sobre o que a sociedade espera desta menina ou menino. Ou seja, por ter genitais femininos ou masculinos, eles são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, mídia, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir, de atuar. Por exemplo, as meninas são incentivadas a serem passivas, sensíveis, frágeis, dependentes e todos os brinquedos e jogos infantis reforçam o seu papel de mãe, dona de casa, e consequentemente responsável por todas as tarefas relacionadas ao cuidado dos filhos e da casa. Ou seja, as meninas brincam de boneca, de casinha, de fazer comida, de limpar a casa, tudo isto dentro do lar. Pelo contrário, os meninos brincam em espaços abertos, na rua. Eles jogam bola, brincam de carrinho, de guerra, etc. Ou seja, desde pequenos eles se dão conta que pertencem ao grupo que tem poder. Até nos jogos os meninos comandam. Ninguém os manda arrumarem a cama, ou lavarem a louça, eles são incentivados a serem fortes, independentes, valentes. (CABRAL; DIAZ, 1998, p. 1).

Apesar disso, o dinamismo e desenvolvimento neste caso advém quando os sujeitos adentram à universidade, e aqui destacamos as Mulheres-Estudantes-Mães, são tocados pelo ambiente formativo e levam esse impacto para seu meio social, estabelecendo trocas nas relações das quais fazem parte, o que equivale a dizer de circulação de conhecimento, aprofundamentos mais fundamentados, percepções mais críticas diante de contextos e situações vividas, posicionamentos mais firmes, etc. No entanto, faz-se lógico dizer que as dificuldades na ocupação desses espaços também afetam o meio que constituem.

Esses dizeres nos encaminham a Durkheim (2007) quando discute a ideia de fatos sociais. O autor (2007), afirma que os fatos sociais são mais ou menos utilizados para designar os fenômenos (comportamentos e hábitos que parecem emanar de nossa vontade pessoal, mas

que em realidade são impostos) que se dão no interior da sociedade. Com isso Durkheim indica que existem ‘determinismos sociais’, antes mesmo de nosso nascimento.

Por assim, a maternidade por se ligar efetivamente às mulheres é questão social pautada onde se apresenta, segundo Paim (1998),

A gravidez e a maternidade não são apenas fenômenos biológicos, mas, também, fenômenos do contexto cultural, social e afetivo. Ou seja, ainda que a gravidez ocorra dentro do corpo da mulher, as responsabilidades e os significados são construídos dentro do âmbito social em que a gestante está inserida. (PAIM, 1998, apud OLIVEIRA, 2008, apud REIS, 2017, p. 9)

A esse respeito, aponta-se Bitencourt (2019) quando coloca que a questão da maternidade precisa de uma análise de gênero, pois existem diversas desigualdades nas relações sociais estabelecidas no que concerne ao que deve ser prioridade para a mulher quando se tem trabalho doméstico, cuidado dos filhos, carreira profissional e/ou estudos em disputa.

Tal proposição é passiva de ser vislumbrada quando sobre maternidade Piccinini et al.(2008) revelam que, esta inicia-se a partir das primeiras relações e identificações da mulher, passando pela atividade lúdica infantil, a adolescência, o desejo de ter um filho e a gravidez de fato. Chodorow (2002), por sua vez, cita o termo “maternação” para caracterizar o conjunto de ações e responsabilidades das mulheres enquanto mães, que abordam o constante cuidado e atenção direcionadas majoritariamente pelas mulheres aos seus filhos.

Stevens (2007) apresenta parte do dilema em que a maternidade se apresenta:

Todos nós temos mães, e como mulheres, temos o potencial para sermos mães; mas a maternidade é uma experiência que tem sido deformada, evitada, idealizada, degradada [...] Precisamos entender como a cultura define e valoriza os papéis como o do guerreiro e da mãe; por que se construiu esta aura de glamour dos heróis enquanto a imagem da mãe é negligenciada, distorcida. (STEVENS, 2007, p.17.)

Aliadas a essas questões Hirata e Kergoat (2007) afirmam o caráter de construção sócio-histórico específico em cada sociedade da forma de divisão do trabalho decorrendo das relações sociais entre os sexos, que historicamente encarregaram os homens prioritariamente à esfera produtiva, que abarca a esfera pública e de poder, e às mulheres ao âmbito reprodutivo, ou seja, à funções de cuidado (da prole, de doentes, idosos, maridos) exercidas em espaços domésticos ou ambientes relacionados a estes, devido a formação da mentalidade social fundada no modelo machista e patriarcal no qual “a mulher é sempre considerada uma trabalhadora inferior, frágil em relação ao homem, necessitando de cuidados e ‘proteção’ e que seu trabalho deve estar limitado aos cuidados do lar.” (HIRATA; KERGOAT, 2007 apud ASSUNÇÃO, 2021, p. 18).

Frente a isso, Sousa e Guedes (2016) expõem que

As atividades domésticas e de cuidado são distribuídas em razão dos vínculos do casamento e das reciprocidades parentais, e, com base nisso, as relações de subalternidade e opressão entre os sexos ainda se mantêm escondidas dentro das relações familiares, reservando às mulheres a esfera privada, marcada pelas relações de amor e cuidado para com a família, e, aos homens, os espaços relativos à esfera pública, bem como parte da provisão financeira (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 124)

Percebe-se então que o aspecto econômico constituído historicamente aliado à noções de propriedade emergentes de relações de poder apoiadas em concepções culturais ainda impactam negativamente na constituição de um ‘ser mulher’ propenso a ocupar espaços mais concretos no âmbito intelectual e econômico, de modo que a divisão sexual do trabalho, além de decorrer das relações sociais entre os sexos, conforme exposto acima, “é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social desigual entre os sexos” (SOARES; DIAS,

Em relação à maternidade, exemplifica-se:

Em relação às mulheres que se dedicam ao trabalho da maternidade, geralmente seus desempenhos são percebidos como normal, ao contrário dos homens, que quando se dedicam à paternidade, podem ser identificados como verdadeiros heróis. (BITENCOURT, 2019, p. 263)

Tais apontamentos tornam fáceis: 1- as associações à relatos ou silenciamentos de experiências vividas ou presenciadas que se relacionam a essa temática, como quando os pais se predispõem a passar um tempo de lazer ou cuidado com os filhos; 2- perceber que as buscas por romper esse construto apresentam-se ainda insuficientes. E também por isso “A universidade, por sua vez, tem papel ponderoso e de extrema importância no percurso da busca pela ascensão pessoal e profissional da mulher, tornando-se um suporte para alcance do objetivo.” (OLIVEIRA, 2008, apud REIS, 2017, p. 9)

Apesar dos destaques nesta categoria, é necessário lembrar que é nessa mesma história e sociedade que ocorre a ocupação feminina em diversos espaços, que envolve a luta por direitos e apresenta a maternidade em diversas perspectivas e significações, conforme Aquino (2006) destaca. É diante destes construtos, que o tempo da mulher acadêmica se perfaz frente a uma flexibilidade enraizada socialmente para que consiga responder aos prazos da universidade e o cuidado com os filhos, em alguns casos abarcando o cuidado com o lar, bem como o trabalho fora de casa levando a uma “negligência” provavelmente indesejada nos âmbitos do cuidado físico e psicológico, como se evidencia na obra de Bitencourt (2019).

2.2 *Desafios e algumas contribuições ao ingresso e permanência de Mulheres- Estudantes-Mães na Universidade*

Esta categoria emerge desde a introdução desta produção e continuará sendo pensada nas seguintes sessões, atentando às problemáticas baseadas nas/os autoras/es pesquisados e nos documentos regidos pela Universidade Federal de Pernambuco.

De acordo com Bitencourt (2019) “A reflexão sobre o lugar da maternidade na universidade é relevante e necessária, pois a mãe trabalhadora geralmente faz o trabalho que socialmente não é valorizado.” (BITENCOURT, 2019, p. 276). Isso, como vimos, é reflexo de construções sócio-históricas que impactam no tempo disponível para que estas mulheres se dediquem às funções estimadas na sociedade.

Martins (2004) explica que os discursos naturalistas em meados do século XIX se fixaram enquanto um padrão cultural responsável por resguardar as mulheres enquanto criaturas naturalmente ligadas e objetivadas à reprodução, ou seja, à maternidade.

Mesmo que atualmente haja homens que se empenham em cuidar dos filhos e dividir as tarefas domésticas, a maternidade ainda pesa sobre as mulheres, especialmente para aquelas que dispõem de poucos recursos materiais para comprar os serviços de cuidado (HIRATA; GUIMARÃES, 2012 apud BITENCOURT, 2019).

Assim, faz sentido problematizar a desigualdade de gênero na relação entre maternidade e universidade, especialmente dentre as estudantes-mães que dispõem de poucos recursos materiais e ausência de rede de apoio. Tal fato se apresenta, pois busca-se considerar os marcadores sociais, como gênero, geração, classe social, dentre outros, porque estes inferem no desenvolvimento do indivíduo em uma sociedade desigual como a nossa. Porquanto, faz-se necessário afirmar que para que o direito a educação seja efetivado e resguardado é necessário que as desigualdades em suas mais variadas vertentes que permeiam também a universidade, uma vez que esta não se faz desvinculada da sociedade que a circunda, sejam extinguidas.

Aquino (2006) nos permite lembrar que as mulheres, apesar de impedimentos sociais, sempre estiveram presentes na constituição da ciência através da história e contribui ao demonstrar que

Abordar o tema de gênero e ciência envolve pelo menos três dimensões. A primeira delas diz respeito ao ingresso e o grau de participação das mulheres nos vários campos disciplinares. (...) A segunda dimensão refere-se às transformações culturais no meio científico, nas relações de gênero, nos espaços de produção e divulgação do conhecimento (...). A terceira dimensão envolve o próprio conteúdo do conhecimento produzido, requerendo análises

complexas de caráter epistemológico, histórico e sociológico (AQUINO, 2006, p. 12)

As instituições universitárias requerem prazos e tem necessidade de visualizar a efetivação de seu trabalho em aulas a serem assistidas, atividades avaliativas como provas e seminários respondidas, estágios, participação em palestras, programas de extensão, iniciação científica, etc. que são localizados em períodos de tempo determinados e que correspondem a uma rotina universitária ligada tanto a matriz curricular do curso quanto ao calendário acadêmico da instituição. Mas a realidade constrói mulheres que antepõem a família em detrimento da formação profissional (BITENCOURT, 2019) e nem sempre as auxilia nas possibilidades de responder a suas outras demandas.

Todos estes fatores apontados são passíveis de estudos e considerações que permitem compreender melhor os construtos socio-culturais ainda remanescentes na atualidade. Na pauta “cuidado dos filhos e da casa são as mulheres ainda as mais lembradas, cobradas e responsabilizadas” (BITENCOURT, 2019, p. 262) e essa construção sociocultural infere diretamente na vida e desenvolvimento das mulheres que estudam e trabalham principalmente fora do ambiente doméstico por requerer, arriscando-nos a dizer o óbvio: maior despendimento de trabalho físico, mental e emocional.

Além disso, as interrupções frequentes na vida profissional são aspectos destacados no texto de Aquino (2006) partindo desde a licença maternidade de modo que “a interrupção temporária da carreira para o cuidado de filhos pequenos significa uma desaceleração das atividades e o retorno em geral acontece com dificuldades.” (AQUINO, 2006, p. 17) Isso porque “no meio acadêmico, a circulação aumenta o prestígio e amplia contatos” (AQUINO, 2006, p. 17). Deste modo, as duplas ou triplas jornadas das mulheres tomam seu tempo escasso e fragmentado e isso é um problema porque “o tempo na vida acadêmica é crucial: para elaborar projetos e obter financiamentos; para produzir e escrever artigos, formatá-los e submetê-los; atender a exigências; receber críticas, acatá-las e rebatê-las; enfrentar recusas e reiniciar o ciclo buscando novas alternativas.” (AQUINO, 2006, p. 18) Esse ciclo gera perda de oportunidades e se perpetua na sociedade pois “quando os filhos crescem, os pais envelheceram, iniciando-se um novo ciclo de cuidados intergeracionais, mais uma vez dependente das mulheres”. (idem, p. 18)

Dando ainda mais força a essas afirmações Cappelle et al. (2006, p.3 apud REIS, 2017, p. 12) confirmam que “para o homem, trabalho e família são complementares, enquanto para a mulher estas duas variáveis tendem a ser mais conflituosas”. De modo que as mulheres

classificam uma responsabilidade a mais de dedicação a ser direcionadas à família em detrimento dos outros âmbitos que também ocupam.

Diante dessa vertente Beauvoir expõe

Os homens dizem haver igualdade entre os sexos, culpando a própria natureza feminina por suas inferioridades. Em contrapartida, se os gêneros entram em conflito, a situação se inverte: o homem evidencia a desigualdade para que a autoridade da mulher seja enfraquecida. Ou seja, os “homens afirmam quase com boa-fé que as mulheres são iguais aos homens e nada têm a reivindicar, e, ao mesmo tempo, que as mulheres nunca poderão ser iguais aos homens e que suas reivindicações são vãs” (BEAUVOIR, 1970, p.20)

Assim, pode-se pensar que discentes mães, por também abarcar a dimensão de ser mulher na sociedade, demandam, na posição de desiguais, diferentes especificidades, de acordo com suas desigualdades. Percebe-se

O peso da maternidade, até pela própria sociedade, é muito maior que o peso da paternidade. As cobranças, as responsabilidades, tudo que acontece em relação à criança, na maioria das vezes, recai sobre a mãe. Parece que nós, por sermos mulheres, sempre podemos e devemos ter dedicação exclusiva sobre tudo que envolve os filhos, essa cobrança já não ocorre com tanto peso em cima do homem. Eu vejo isso, tanto na minha maternidade, quanto na das minhas amigas mães. Eu, por exemplo, sou mãe ‘solo’, para poder estudar preciso montar uma estrutura de apoio gigante. O pai das minhas filhas também estuda na mesma faculdade que eu, e não precisa de nenhuma estrutura para estudar, a estrutura dele sou eu, alguém já falou sobre essa desigualdade? Ninguém. Porque todos acham que isso é uma responsabilidade minha, por ser mãe. (MAYARA - Coletivo de mães da UFRJ apud OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 1776)

Para além, emerge a questão da saúde, individual e a nível macro: pública. Um indivíduo que necessita se desdobrar para responder a demandas de sobrevivência na sociedade atual perfaz escolhas em seu caminho e muitas vezes sacrifica a saúde, como o horário do sono que é constantemente reduzido pelas mulheres mães para corresponder aos outros aspectos de sua vida o que encaminha para a progressão de patologias atreladas ao esgotamento físico e mental, conforme de pode ver a partir de Bitencourt (2019).

Dentre outras coisas, a questão da saúde, aqui entendida enquanto cuidado de si, aponta a necessidade de tempo para reflexão, o que no contexto onde as demandas somadas e requeridas constantemente em prazos concomitantes levam a hesitação e aos dilemas em relação ao tempo disponível para responder a essas vertentes, e por assim, a culpa é um fator resultante que acompanha as Mulheres-Estudantes-Mães, pois sempre estão de frente a uma escolha, o que pressupõe o deixar algo de lado para corresponder a pelo menos um dos aspectos solicitados: - Filho e casa, universidade, saúde, ou trabalho? -.

Frente a estes apontamentos nos cabe tratar em paralelo, sobre os auxílios existentes à categoria dos estudantes, pois estas se apresentam enquanto políticas importantes na garantia ao acesso e permanência nas Universidades como o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que regulou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que tem por finalidade “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, 2010), de modo que considera a democratização de permanência nas universidades, a diminuição de desigualdades sociais e a redução dos índices de retenção e evasão buscando contribuir para a promoção da inclusão social através da educação.

Conforme afirmam Ricoldi e Artes (2016), há tendência no predomínio das mulheres nas matrículas e nas conclusões dos cursos universitários, entretanto, analisando a situação das mulheres frente ao contexto acadêmico somos encaminhados a reflexões acerca do alcance que essas modificações vêm atingindo. De certo, o mapeamento da vida social, econômica e cultural das estudantes de graduações das Universidades Federais encaminhou ao estabelecimento da creche enquanto um dos eixos da PNAES.

Aqui, cabe destacar que o direito a creche é garantido enquanto direito pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. E conforme evidenciam Soares e Dias (2018) é garantido nas Instituições Públicas de Ensino Superior frente ao Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010 que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). E auxilia:

A oferta de creches na universidade pode contribuir para seus ingressos e permanências na graduação, à medida que alivia a carga de cuidados que elas precisam ter com os (as) filhos (as), possibilitando qualificação, realização pessoal e preparo para uma melhor inserção no mercado de trabalho formal (SOARES; DIAS, 2018, p. 3).

No contexto específico da UFPE, a PROAES (Pró-reitoria para Assuntos Estudantis) em sua Portaria Nº 02/2021 apresenta normas e critérios para a concessão do Auxílio Creche que é fornecida apenas aos estudantes bolsistas da Assistência Estudantil. “Visando ampliar as condições de permanência e de conclusão de curso dos/as estudantes de graduação presencial na educação superior pública federal”, dispõe de um Auxílio financeiro, no valor de trezentos e cinquenta reais a ser integrado ao benefício de Bolsa-Nível, oferecido a estudantes que têm filho(s) na faixa etária de 0 (zero) até 3 (três) anos e 11 meses de idade, independente do número de filhos. Os demais auxílios estudantis direcionados a estas estudantes vão de acordo com os critérios socioeconômicos de cada universidade federal.

Dentro disso, na UFPE, tem-se ainda

Os recursos disponíveis para a concessão do Auxílio Creche serão distribuídos entre os 03 (três) campi, sendo um total de 67 vagas. Na situação em que houver indisponibilidade de recursos financeiros, os(as) estudantes que estejam dentro dos critérios para recebimento do Auxílio Creche irão compor uma lista de espera e ingressarão no benefício, por ordem de solicitação, à medida que houver recurso disponível, desde que o(a) filho(a) ainda esteja dentro da faixa etária (PROAES, 2021)

São grandes conquistas, não há que se negar, e de fato contribui à permanência de estudantes que ao necessitarem subsidiar, além de si, também a sobrevivência de seus filhos, possivelmente abririam mão da universidade a fim de remanescer no hoje. Mas galgado na realidade surgem problemáticas em relação à idade a qual se limita o recurso, uma vez que em continuidade, aos 4 anos, as crianças ainda necessitam de alimentação, vestimenta, higiene, cuidado, etc., também em quantidade, pois o número de filhos é fator a ser considerado, uma vez que infere diretamente em tempo e gastos necessários, e ainda pelo número de bolsas a ser destinado aos três campus, o que de certo gera uma lista de espera dado os quase 30.000 estudantes matriculados nos cursos de graduação (dados de 2020, UFPE). Ademais, se tem a pensar quanto ao espaço onde e com quem essas crianças ficarão no período noturno em que suas/seus responsáveis (pois estudantes pais também dispõem do recebimento do auxílio) estudam, visto que não há estabelecimentos públicos, nem mesmo “hoteizinhos” que se dediquem à esta demanda funcionando em tal horário.

E mesmo na conjuntura das mães/estudantes que dispõem desta possibilidade dado o horário diurno de seus cursos, de acordo com Soares e Dias (2018) estas seguem tendo dificuldades para conciliar a vida acadêmica e o cuidado com os filhos, ocasionando em atrasos para a conclusão do curso ou interrupção na graduação. Aponta-se

(...) dificuldades reais de permanecer na Universidade dada à falta de políticas de apoio que aliviem a carga das mulheres com os diversos papéis sociais que precisam cumprir, dentre eles os de serem mães, estudantes, donas de casa e trabalhadoras. (SOARES; DIAS, 2018, p. 17)

Cabe pensar então quais os impactos nas Mulheres-Mães-Estudantes de cursos noturnos com dupla ou tripla jornada de trabalho que não disponibilizam de rede de apoio concreta nem do aparato de uma creche durante suas horas-aula?

Já tendo um esboço sobre a maternidade e seus significados, nos cabe pensar sobre como as diferentes realidades vividas em relação à maternidade se conectam ao contexto social da mulher que necessita conciliar sua construção profissional e maternidade. O desafio que emerge

para as mulheres e conseqüentemente à educação e desenvolvimento social é “conciliar maternidade e vida acadêmica (principalmente quando elas são as maiores responsáveis pelos filhos) e o anseio de ter a graduação para melhor se inserir no mercado de trabalho e darem melhores condições de vida inclusive para a sua prole.” (SOARES; DIAS, 2018, p. 17).

Considerando todas estas colocações refletimos que “a simples incorporação das mulheres à ciência normal, sem que haja mudanças culturais profundas, não só no âmbito acadêmico, mas em toda a vida social, as coloca em situação de grande desvantagem.” (Schienbinder, 2001 apud AQUINO, 2006, p. 19). Mas isso requer que o Estado se torne o principal responsável em buscar reparações sobre as desigualdades entre os gêneros, e a Universidade é uma das ferramentas capazes de propor estas mudanças. A premissa que surge é: A maternidade se apresenta emblemática e a educação se constitui como direito, como encaixá-las.

2.3 *Pensar a criança e a infância: Partes constituintes desta história*

Indo adiante, não compete a essa produção ignorar uma das partes principais da equação quando se trata de maternidade: o filho. Frente à história e as conquistas dadas pelos direitos das crianças e desenvolvimento de concepções de infâncias não se deve negligenciar e encaminhar a um retorno à falta de valorização da infância, e de visualização das crianças como adultos em miniatura, mas reconhecer e concretizar seus direitos. Isso inicialmente nos sugere pensar, frente às variações em idades dos filhos das mães abarcadas por esse estudo:

Em que limites etários se define o ser criança? Se relativamente ao início etário do ser que se integra na infância poderá haver poucas dúvidas - ser criança começa quando se nasce - nem aqui o consenso é total. [...] o problema dos limites etários da infância adensam-se quando se procura estabelecer a idade a partir da qual se deixa de ser criança. Relativamente a este problema a tradição jurídica inaugurada pela Convenção dos Direitos da Criança considera como criança todo o ser humano até os 18 anos, salvo se nos termos da lei, atingir a maioridade mais cedo (Artigo 1º da Convenção). Estabelece-se, deste modo uma equivalência entre ser criança e atingir a plenitude dos direitos cívicos (por exemplo, poder votar). Outras tradições, e outros contextos sociais também, estabelecem, porém, outros limites. A entrada na puberdade é, em algumas comunidades, etnias e culturas, considerada como o fim da infância e o início da adultez, com a conseqüente entrada num universo novo de direitos e deveres (...) (PINTO e SARMENTO, 1997, p. 13)

Aqui se percebem as diferentes concepções e estabelecimentos sociais no que se refere às etapas de desenvolvimento humano e com elas colocações em direitos e responsabilidades nos diferentes povos e comunidades: “Assim ‘ser criança’ varia entre sociedades, culturas e

comunidades, pode variar no interior de uma mesma família e varia de acordo com a estratificação social. Do mesmo modo, varia com a duração histórica e com a definição institucional da infância em cada época.” (PINTO; SARMENTO, 1997, p. 15). Dito de outra forma, “É importante atentar a questão da infância e sua concepção em nossa sociedade, que apresenta diferentes perspectivas de que acompanham contextos em níveis econômicos e culturais” (COHN, 2020, p. 239).

Desta maneira, diante do contexto colocado e de sua especificidade em construção histórico-cultural a tangente aqui abordada aponta que para muitas das mães brasileiras, bem como para esta sociedade em geral, independente da idade e fases de desenvolvimento que alteram as percepções de mundo, ampliam as capacidades físicas e cognitivas dos filhos, as mães continuam sendo mães, mesmo quando os filhos não são tidos mais como crianças. Conforme aponta Assunção (2021) “A responsabilidade de garantir a segurança e cuidado para seus filhos recaí para elas, as mulheres, mesmo que de filhos maiores ou já na fase adulta e interferem diretamente nos processos iniciais de entrada no Ensino Superior” (ASSUNÇÃO, 2021, p. 37)

Pinto e Sarmento (1997) ainda sobre as concepções de infância apontam que

A tradução dos estudos psicológicos tende, depois de Piaget, a estabelecer a diferença entre os períodos pré-operatório, operatório concreto e das operações formais, o que para além de fazer coincidir os limites da infância e da adolescência, em média, na entrada da puberdade [...], permite fazer centrar esses limites nos indivíduos: ser ou não criança é diferenciadamente vivido por cada um de modo distinto (para além de que, como a psicanálise sublinhou, a criança permanece como “o pai do homem” manifestando-se continuamente na idade adulta de cada ser humano). (PINTO; SARMENTO, 1997, p. 13)

Tal colocação faz ponte com as reflexões de Skliar (2012) que encaminham a possíveis retornos ao tempo da infância ao longo da vida, e permite colocar a importância da infância e impactos no desenvolvimento do sujeito em construções de concepções de mundo. O autor (2012) ao desenvolver um texto filosófico de análise social, refletindo sobre os cortes à infância, no sentido de sua substituição, troca, antecipação, e submissão a outros eventos do modo de vida atual elenca a necessidade de falar sobre a infância e sobre o agora.

Assim, Skliar (2012) nos leva a um contraponto quando pensamos nas colocações postas por esse estudo ao tratar da ruptura do tempo de criança, da infância, que é dado diante da convocação das vozes adultas que chamam a corresponder às demandas estabelecidas na maneira de viver contemporânea, a imposição de pensar em outro tempo, no linear, no futuro, depois no passado, nunca no presente, e jamais de volta a esse tempo de criança, levando

embora consigo a imaginação, os gestos próprios dos corpos, a atenção capaz de ser dispersa e dividida, a ficção ilimitada e livre, o tipo característico de linguagem em percepção particular, os questionamentos. E não só dessa forma, -através do chamado- o autor pondera: as interrupções desse tipo de suspensão surgem de diferentes modos (pela fome, pela miséria, pelo impedimento de desenvolver suas brincadeiras, pelos preconceitos, pela exclusão, e até pela escolaridade). Mas o fato dado é: As interrupções, embora de maneiras diferentes, sempre ocorrem, assim, não nos compraz delimitar espaços que contribuam para esse adiantamento frente às necessidades maternas, mas sim apresentar os elementos que compõem essa dinâmica, de modo a abarcar, considerar e respeitar as crianças e suas infâncias diante do contexto de suas responsáveis.

Skliar (2012) nos relembra até que o discurso e a escrita pelos direitos das crianças é uma declaração e confissão da culpa por crimes cometidos contra as mesmas através dos séculos. De modo que por estes, a fala em igualdade muitas vezes tentadas nas instituições e as representações veiculadas de vida ideal em dimensões econômica, social, cultural, livres de qualquer exclusão não se exprimem diante de um cenário tão desigual na sociedade.

Reflete-se então que ao trabalhar com as crianças e infâncias, deve-se cuidar da qualidade das propostas feitas para resguardar segurança, cuidado, afeto e perceber que experiências elas propiciam, buscando também prolongar esses diferentes tempos que as infâncias possibilitam.

Dados estes pontos, a problemática que emerge neste estudo são as particularidades dos filhos/as de Mulheres-Estudantes-Mães do período noturno, onde surge a necessidade de que as crianças sejam pensadas nesse movimento frente a questões de: Com quem e onde as crianças filhas/os de estudantes mães de cursos noturnos ficam? Nesses espaços é resguardado o cuidado, a segurança, a alimentação, a afetividade e práticas educativas se fazem presentes quando necessárias? Quais os impactos que emergem da carga depositada no seio materno que também precisa se desenvolver profissionalmente nas crianças e em suas infâncias? Nesse contexto quem dá voz as crianças? Quem percebe suas falas?

Acompanhando a história se percebe que é a partir do desenvolvimento do sistema capitalista em meados do século XVII, com a inserção das mulheres no mercado de trabalho que surge a problemática da necessidade dos cuidados para crianças que iria além do seio materno. As creches no Brasil são advindas do século XIX traçando como meta apenas o cuidar e não dispondo de localizações ou pessoas capacitadas. Ao longo dos anos, surgem então

[...] movimentos, estudos, pesquisas e instituições em prol dos direitos a uma Educação Infantil de qualidade (...) de tal forma que a importância que deve ser dada as creches faz parte de uma reparação histórica a esses seres, que, por

muito tempo, foram – e ainda são – subjugados e silenciados por concepções adultas que os pretendem incluir em um mundo que não as pertencem. (TEODORO, et al. 2020)

Por assim, a creche emerge enquanto

Um direito das crianças, mas também um direito das mulheres (...) é necessário colocar em prática políticas públicas de apoio e compartilhamento dos trabalhos de reprodução da vida, que possibilitem a elas construir autonomia econômica (capacidade de providenciar seu próprio sustento e do que delas dependem), fator essencial para que se constituam como sujeitos de direitos. Neste sentido, nossa luta por creches tem dois aspectos indissociáveis: é um direito das crianças, mas é também um serviço essencial para a autonomia das mulheres (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 2012, p. 09 apud SOARES; DIAS, 2018, p. 7)

No entanto, cabe destacar que na atualidade hoje o direito fundamental colocado é o das crianças, e que este aparato não pode e nem deve ser usado para compensações, mas antessim para garantir um local de entrelace entre Educação Infantil e cuidado, pois “(...)ao mesmo tempo em que começaram a ter sua especificidade respeitada, as crianças passaram a ser consideradas – ao longo destes 30 anos – cidadãs, parte de sua classe, grupo, cultura. Assistência, saúde e educação passaram a ser compreendidas como direito social de todas as crianças.” (KRAMER, 2006, p. 800)

Como dito na categoria precedente, a implantação de creches nas Universidades já é uma realidade, Raupp (2004) traça o termo “Unidades Universitárias de Educação Infantil” (UEI’s) ao tratar de outros papéis possíveis a estes ambientes tais como o papel de pesquisa e extensão que podem derivar desses espaços que contemplam não só filhos/as de estudantes, mas também da comunidade que circunda a universidade, o que destaca a importância desses espaços.

Pereira (2019) perfaz o percurso das UEI’s nas universidades federais apontando suas criações na década de 1970, antes da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Iniciaram-se com a preocupação de atender as crianças das mães trabalhadoras e estudantes em local perto do trabalho e de estudo, no caso a universidade. Entretanto não tiveram uma expansão generalizada por consequência da reconfiguração da educação infantil como direito das crianças e dever do Estado. Além disso, em 1993, o Decreto nº 977 (BRASIL, 1993), vetou a criação de novas unidades. Em 2011, com a publicação da Resolução CNE/CEB nº 1 (BRASIL, 2011), que fixam normas de funcionamento, essas unidades tiveram que realizar uma série de adequações. Entre elas ampliar o serviço às crianças de toda a comunidade, tendo em vista a educação infantil como direito da criança. Assim, o serviço à criança nessas UEIs, que até então era restrito à comunidade acadêmica na maioria das UEIs das universidades federais, precisava ser universalizado. Essas unidades passaram também a ter

que explicar as suas razões de existir no âmbito de universidades federais. Sendo assim muitas delas têm se colocado como um campo fértil para a prática da tríade universitária, ou seja, ensino, pesquisa e extensão, de forma a colaborar com as universidades às quais estão vinculadas e a atender à exigência da indissociabilidade desses pilares no âmbito universitário. (PEREIRA, 2019, p.94)

Esses movimentos de mudanças no funcionamento das UEIs nas Universidades Federais partiram da Constituição Federal (BRASIL, 1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), da Resolução CNE/CEB nº 1 (BRASIL, 2011) e da Portaria 959 (BRASIL, 2013c), que encaminharam a uma percepção da “educação infantil como uma fase essencial no processo de construção da cidadania e os esforços realizados para ofertar maior qualidade no serviço às crianças pequenas que frequentam esses espaços.” (PEREIRA, 2019, p.94)

Mesmo assim, as creches universitárias têm seus espaços limitados a algumas das Universidades do país. Tal percepção foi abordada no Projeto de Lei n.º 7.187, de 2017 que buscava acrescentar à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 o seguinte artigo: “Art. 45-A. Cada novo campus universitário federal a ser criado disporá de creche para atendimento de crianças de 0 a 3 anos, cujo perfil e funcionamento serão definidos por Regulamento específico.” (Câmara dos Deputados, 2017, p. 2). Destacando ainda: “Ademais, como todas as instituições universitárias federais (universidades e institutos) mantêm cursos noturnos, as creches preencherão a significativa lacuna de oferta nesse turno, favorecendo o estudo dos pais trabalhadores.” (Câmara dos Deputados, 2017, p. 3). Isso nos leva ao seguinte debate:

A creche noturna também se comprás em uma vivência, visto que já foi implementada, conforme é possível ver no trabalho de Resende e Machado (2012) que apresenta a adaptação de uma destas unidades no município de Curitiba/PR, visando responder a uma demanda social devido ao horário de trabalho das/os responsáveis pelas crianças. Entretanto, o debate acerca do possível caráter assistencialista destas unidades, além de sua não recomendação por educadores e sua falta de demanda em 2015 culminou em seu fechamento, bem como para sua não expansão pelo país.

Dessa maneira, conforme apresenta Félix (2016) “As crianças foram remanejadas para vagas no período diurno. A prefeitura passou a ofertar outro serviço noturno: salas de acolhimento em unidades do Centro Regional de Educação de Jovens e Adultos (Cereja). Assim, os pais que não têm com quem deixar seus filhos podem levá-los para a escola”. Percebe-se então que foi buscada uma solução já que de acordo com a psicopedagoga Regiane

Souza Neves (apud Félix, 2016), “o horário noturno é de descanso, e por isso não é indicado atendimento em creche nesse período.”, além disso, é necessário não cruzar o termo ‘creche’ com medidas como esta, pois não deve remeter a relação com a Educação Infantil.

Entidades nacionais, estaduais e municipais de educação também são contrários a esse atendimento noturno justamente porque os professores teriam apenas a função de ‘cuidar’ e não ensinar e, ainda, pela estrutura biológica da criança não poder corresponder ao horário noturno de atendimento. Aliás, é uma luta da categoria de educadores dizer que creche não é depósito de crianças (FÉLIX, 2016)

O funcionamento noturno não é previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Ministério da Educação não libera verbas para ações do tipo. Como movimentos contrários, tem-se ainda que

Em 2012, em audiência pública na Câmara, o Movimento Interfóruns de Educação no Brasil (MIEIB) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) apontaram os problemas do funcionamento noturno nas creches: desorganização dos sistemas, já que no Ensino Fundamental funciona no período diurno; cansaço excessivo por parte das crianças e redução dos momentos de necessário convívio da criança na primeira infância com seus familiares. Parecer do Conselho Nacional da Educação (nº 17/2012) também aborda o tema sob esse aspecto (FÉLIX, 2016)

Estas colocações nos levam a destacar a Educação Infantil já que esta, tal qual outros direitos e ferramentas dispostos hoje em nossa sociedade, abarca uma história de lutas e reivindicações que a levou a ocupar o espaço que detém atualmente, envolvendo uma série de concepções que a constituem, mas sendo guiada primordialmente por conceitos de infância e criança que demoraram a ser construídos e respeitados.

A respeito da importância da Educação Infantil Kramer (2006) aponta

(...) sobre os efeitos da frequência a programas de educação infantil no desenvolvimento e a escolaridade posterior de crianças de diversas origens sociais, étnicas e culturais, aponta que a frequência à pré-escola favorece o desempenho das crianças em testes feitos no início da escolaridade formal. As crianças mais pobres parecem se beneficiar mais dessa experiência e a qualidade da pré-escola e da própria escola são fundamentais para que se conserve o benefício. Para Campos, a educação infantil parece ser, a partir desses estudos, uma das áreas educacionais que mais retribui à sociedade os recursos nela investidos, contribuindo à escolaridade posterior, tema que permaneceu em discussão nos últimos 30 anos e que tem evidente repercussão para as políticas sociais e para as políticas públicas das instâncias federal, estadual e municipal. Estes argumentos se aliam à importância da educação infantil no plano dos direitos sociais da infância e delineiam uma possibilidade de enfrentar o panorama de desigualdade. (KRAMER, 2006, p. 803)

Assim, é importante ressaltar toda a luta da Educação Infantil para o surgimento de creches e espaços voltados às crianças e sua consolidação enquanto etapa da educação básica e direito das crianças, que advém com parâmetros legais estabelecidos e normas bem ditadas do seu funcionamento, e também dos profissionais encarregados, o que sugere uma construção histórica do atrelamento indissociável agora entre o cuidar e o educar. As creches, assim como as escolas de Ensino Fundamental são subsidiadas pelos municípios e perfazem horários diurnos e se estabelecem pedagogicamente de acordo com legislações como a Lei de Diretrizes e Bases, e a Base Nacional Comum Curricular.

Outro aspecto que perpassa a maternidade, a infância, criança e saúde é a amamentação que se constitui em alimentação exclusiva da criança, como recomenda a Organização Mundial da Saúde (OMS), “que preconiza o aleitamento materno contínuo até os dois anos ou mais, sendo exclusivo nos primeiros seis meses de vida” (BRASIL, 2015 apud REIS, 2017, p. 24). De modo que a possibilidade de permitir a efetividade da amamentação diante do contexto universitário de estudantes mães de crianças na primeira infância se reflete em dimensões de saúde, respeito e acolhimento tanto à mãe quanto à criança.

Frente à essas questões, o estudo de Reis (2017) que se propôs a verificar e analisar o processo de ser mãe universitária e perceber faltas e colaborações das políticas de assistência estudantil, apresentou enquanto solução

(...) a criação de um ambiente físico, dentro do campus ICSA, destinado ao aleitamento materno e troca de fraldas, pois ambos são atualmente feitos pelos corredores da instituição ou dentro das salas de aula. Dessa forma, além da estudante poder levar com segurança o (a) filho (a) à faculdade, o ambiente tende a atender melhor às demandas da criança, além de servir como promoção ao acolhimento destas mulheres. Acolhimento e suporte são pilares essenciais na vida da estudante em condição de gestante ou nutriz. (REIS, 2017, p. 27)

Diante de tais colocações e experiências como pensar caminhos capazes de acolher a criança e a mãe frente aos processos educacionais desta na universidade resguardando seus direitos e integridades?

3 METODOLOGIA

Optou-se por uma pesquisa mais qualitativa, dado o âmbito, objetivos traçados e busca por contribuir na ampliação da compreensão sobre as questões centrais deste estudo, isso porque a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (MINAYO, 2009, p.21). Entendendo esse conjunto de fenômenos enquanto “parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.” (idem), o que, pelo caráter da pesquisa que se propõe é completamente relevante considerar o mundo das relações, representações e intencionalidades, que se convertem em objeto da pesquisa qualitativa.

Nessa linha Mazzotti (1991) infere que

(...) a realidade é uma construção social da qual o investigador participa e, portanto, os fenômenos só podem ser compreendidos dentro de uma perspectiva holística, que leve em consideração os componentes de uma dada situação em suas interações e influências recíprocas, o que exclui a possibilidade de se identificar relações lineares de causa e efeito e de se fazer generalizações de tipo estatístico. (MAZZOTTI, 1991, p. 55)

O que implica dizer que nesse segmento de pesquisa o que conhece e o conhecido interagem e a influência dos valores é inerente a esse processo. Deste modo, terá segmento qualitativo no sentido de que esta é capaz de abranger as demais variações e busca descrever a complexidade presente nas circunstâncias vividas por determinado grupo, o que possibilita compreender as particularidades inerentes às variabilidades.

No que se refere às participantes da pesquisa, as Mulheres-Estudantes-Mães formam um grupo escolhido em especificidade pela consideração de que certamente estas enfrentam desafios no que se refere à conciliação entre maternidade-universidade e os demais papéis sociais que ocupam, sendo acarretadas ainda pelo fato de que o período noturno não conta com o funcionamento de possíveis espaços de acolhimento para que as mães sem rede de apoio de confiança deixem suas crianças e se dirijam à universidade, tendo por vezes, que levar a criança, ou ainda faltar à aula para cuidar dos filhos. (Suas caracterizações e especificidades estão descritas tanto no aporte teórico quanto na análise de dados).

Deste modo, a pesquisa buscou ser explicativa, pois de acordo com Gil (2002), esta toma como ponto central identificar fatores que contribuem para a ocorrência de fenômenos que afetam os processos de desenvolvimento dos sujeitos, na tangente abordada, buscando explicitar o conhecimento da realidade, “porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL,

2002).

As técnicas de coleta de dados se referem ao levantamento bibliográfico e ao questionário, de modo a atender aos objetivos propostos.

Assim, se destaca que os procedimentos e técnicas de coleta de dados foram direcionados pela valorização do instrumental humano, frente a qual o pesquisador “deve aprender a usar sua própria pessoa como o principal e mais confiável instrumento de observação, seleção, coordenação e interpretação” (SANDAY, 1984, p. 20 apud MAZZOTTI, 1991, p. 60).

Utilizou-se da pesquisa bibliográfica, pois esta trata do “levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico.” (SOUSA e OLIVEIRA, 2021, p. 66), havendo sido feito o uso de livros, artigos, teses, além de aporte documental tal como Legislações e o edital da Assistência Estudantil, bem como do Auxílio creche fornecido pela UFPE para construção de respaldos e argumentações. Desta forma, o Estado do Conhecimento se iniciou considerando os seguintes descritores: mulher, maternidade e universidade. E a partir desta se expandiram frente a processos de identificação de conceitos e vertentes importantes.

A fim de corresponder aos objetivos traçados, o questionário foi utilizado enquanto instrumento para aquisição de informações referentes ao perfil e vivências das participantes no contexto aludido. Pois, de acordo com Lakatos (2006, p. 203) o questionário é uma ferramenta de coleta de dados, que se constitui a partir de uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do investigador.

Junto a este instrumento, foi enviada uma descrição dos objetivos almejados, de modo a não se tornar uma pesquisa velada, além de buscar gerar motivação para o empenho na qualidade das respostas. Assim, o objetivo do questionário foi, além da caracterização, perceber os desafios enfrentados pelos sujeitos na sua condição de mãe-estudante, bem como descobrir as concepções das participantes acerca do atendimento a suas especificidades pelas políticas de Assistência Estudantil contribuindo para analisar as opiniões sobre os fatos e para determinar até certo ponto suas realidades.

A distribuição dos questionários em forma de formulários (Google forms) se deu através de envio por e-mail pelas coordenações dos cursos e também pela divulgação nos aplicativos Whats app e Instagram, ficando aberto para respostas do dia 24/03/2023 até 02/04/2023.

Os dados coletados através do questionário foram convertidos em forma de produção de conhecimento sistematizado, expostos em estrutura de tabelas e gráficos de modo a facilitar a leitura e análise no que se refere ao obtido por este meio.

No que se refere ao método da pesquisa, se aplicou o método da análise de conteúdo, pois esta “trabalha a palavra, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis”. (BARDIN, 1977, p.43), ou seja, o que se propôs foi uma leitura aprofundada, guiada pela língua e busca descobrir relações existentes entre o conteúdo exposto e os aspectos que o perpassam. De modo que se refere a

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas (...) é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. (BARDIN, 2011, p. 15)

Deste modo, o trato metodológico teve o intuito de buscar o verdadeiro sentido das colocações feitas, havendo a comparação entre as mensagens obtidas, buscando uma descrição objetiva, sistemática e qualitativa. Desta forma, houve a leitura e organização dos dados, através de leituras flutuantes (primeiro contato com os documentos da coleta de dados), constituição do corpus (junta de materiais com todas as informações sobre o tema), e formulação de hipóteses de conteúdo (fase de sugestão de explicações e argumentos) (BARDIN, 2011). A posteriori, houve a construção das categorias a partir dos elementos vislumbrados na fase de exploração do material e do sentido expressivo, ou seja, buscando a compreensão através do que as participantes relataram. Dito de outro modo: as colocações foram analisadas e comentadas de acordo com os caminhos apontados pelas participantes em conjunto com os aportes teóricos elencados, dadas as relações vislumbradas ao decorrer da pesquisa. Por fim, se fizeram as conclusões considerando as variáveis de inferência, material de análise, temporalidade e descrição da interpretação. Buscando a construção de uma explicação a partir do obtido nas unidades de sentido constituídas.

4 ANÁLISE DE DADOS: O MUNDO DAS MULHERES-ESTUDANTES-MÃES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – CAA

Para início desta etapa rememoremos o pressuposto colocado que diz acerca do enfrentamento de dificuldades por parte das estudantes-mães da Universidade Federal de Pernambuco - CAA no que se refere a “conciliação em espaço e tempo entre maternidade e universidade, de modo que apresentam desvantagens no quesito de possibilidades de aprendizagem, pela impossibilidade (em alguns momentos) de desenvolver atividades, ou de maior dedicação às questões universitárias, e até mesmo em sua presença no espaço acadêmico nas horas-aula devido ao horário noturno em que os cursos se dispõem”.

Assim, trazemos pontualmente:

Objetivo geral: compreender aspectos significativos elencados pelas estudantes mães dos cursos noturnos da UFPE a respeito do entrelace entre a maternidade e a universidade considerando as assistências a elas direcionadas

Objetivos específicos:

- 1- Mapear as principais dificuldades que as estudantes-mães enfrentam no dia a dia para conciliar a maternidade e a Universidade;
- 2- Identificar características relevantes que atravessam a condição de mulher-mãe-estudante perpassando as percepções sociais constituídas sobre maternidade;
- 3- Analisar os possíveis apontamentos destas mulheres para a melhoria ao acesso e permanência das mesmas no que concerne à conciliação entre maternidade-universidade.

Por assim, o questionário contou com 23 questões e foi subdividido em tópicos, sendo eles: Perfil; Dificuldades que enfrenta no dia a dia para conciliar a maternidade e a Universidade; e Análise e apontamentos sobre as assistências ao acesso e permanência no que concerne à conciliação entre maternidade-universidade.

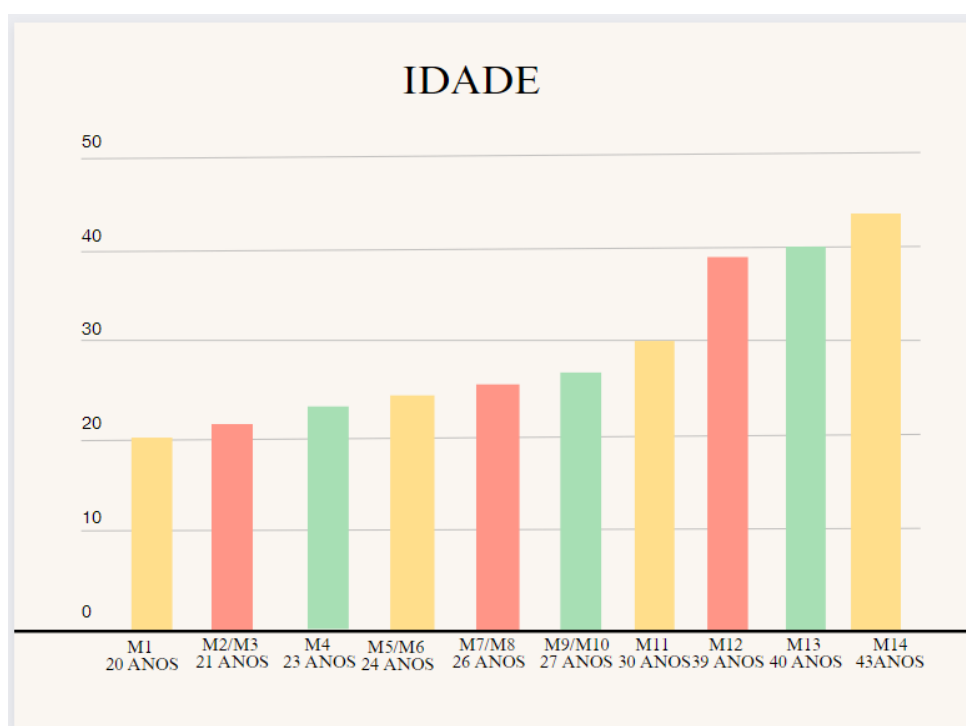
A partir dos dados levantados por meio do questionário, obteve-se respostas de 14 Mulheres-Estudantes-Mães, tendo idades entre 20 e 43 anos, sendo 10 do curso de Pedagogia, 1 do curso de Administração, 1 de Economia, 1 de Licenciatura em Matemática e 1 de Design. Estas serão nomeadas pelo ‘M’ seguido de um número identificador.

4.1 Perfil das Mulheres-Estudantes-Mães dos cursos noturnos da Universidade Federal de Pernambuco - CAA

A fim de percebermos melhor às Mulheres-Estudantes-Mães participantes desse estudo e melhor situar suas trajetórias diante dessas três dimensões, buscou-se traçar os perfis pessoais que comporiam o coletivo que virá a ser apresentado e discutido nas questões que se apresentarão. Desta forma, apresentamos o perfil das participantes da pesquisa com dados sobre idade, curso de graduação de cada participante, configuração familiar, ano de ingresso na universidade, quantidade e idade dos filhos/as, estado civil, etnia e existência de ocupação empregatícia com o intuito de nos aproximarmos da diversidade de elementos que compõe o perfil das participantes da pesquisa.

Sendo assim, inicialmente apontaremos a faixa etária no gráfico que se segue:

Gráfico 1: Idade das participantes



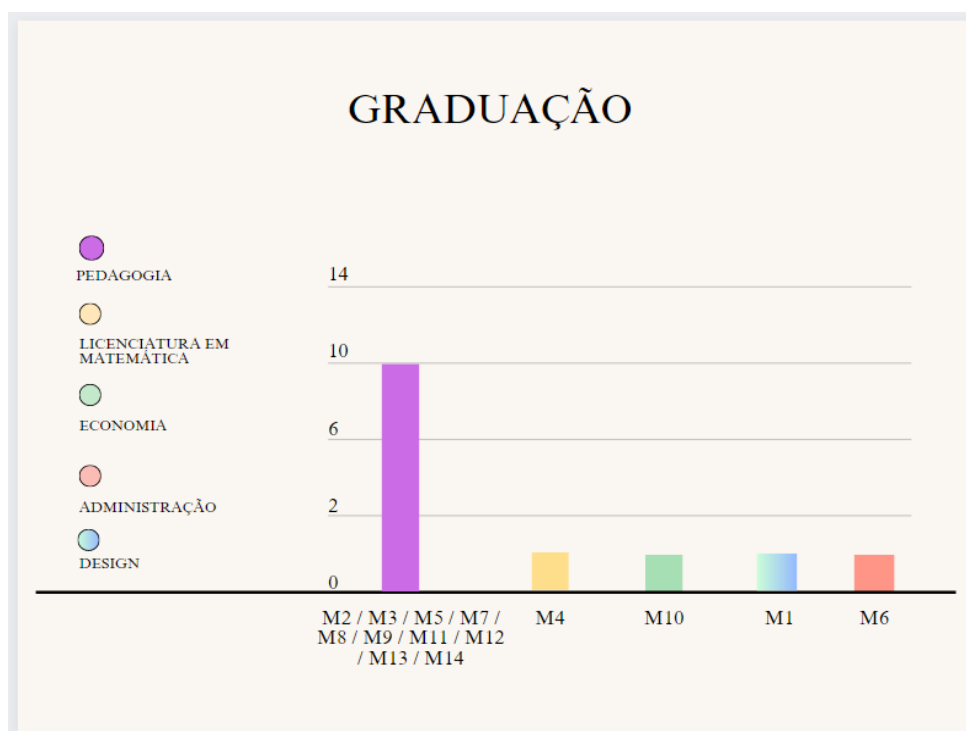
Fonte: A autora (2023)

No gráfico acima identifica-se uma variação nas idades, onde as Mulheres-Estudantes-Mães participantes desse estudo variam entre 20 e 43 anos. Essa variabilidade em idade sugere tanto a possibilidade expandida em acesso à universidade pública quanto pode apontar as diferentes configurações temporais, estruturas familiares e histórias de vida inerentes à nossa

sociedade, e nesse contexto, mais especificamente à universidade. Sugere-se também o encontro entre diferentes gerações com convergências e divergências no que se refere às suas necessidades.

A seguir apresentamos o gráfico com os nomes dos cursos e o quantitativo de estudantes- mães que participaram da pesquisa:

Gráfico 2: Graduação das participantes



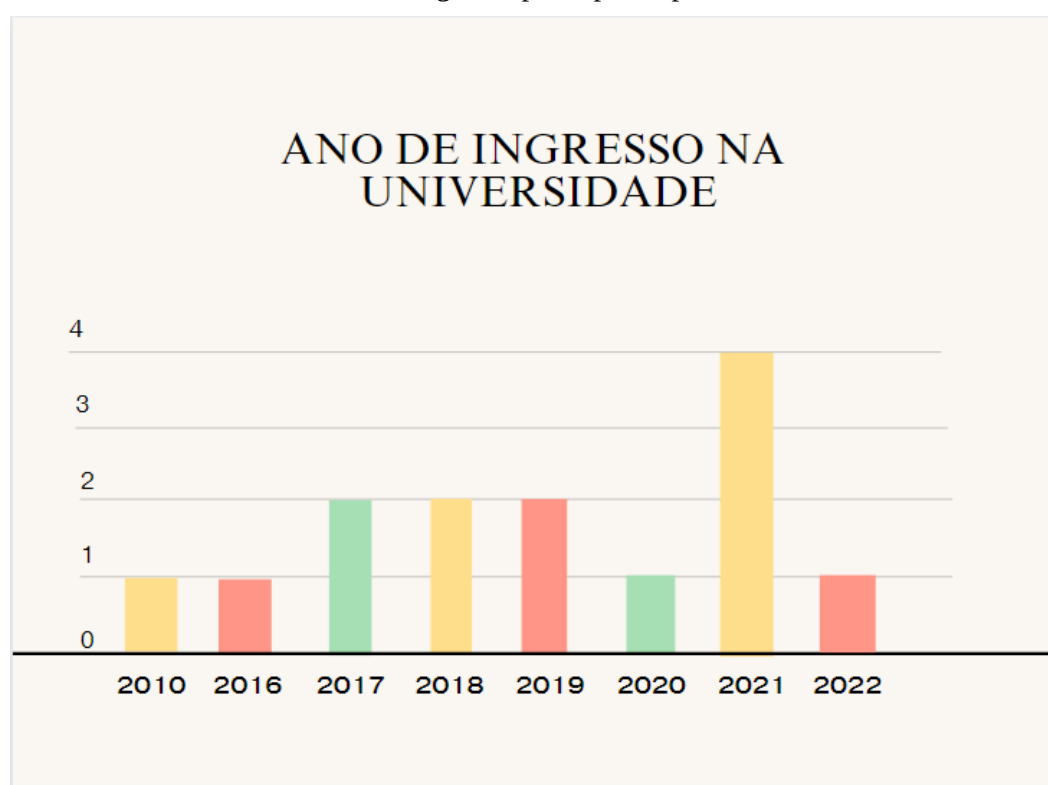
Fonte: A autora (2023)

A partir desses elementos, identificamos uma maior participação de Mulheres-Mães do curso de pedagogia. Talvez devido à maior proximidade da minha pesquisa com a área de ciências humanas e do próprio curso de Pedagogia, bem como meu acesso mais direto à grupos deste curso resultou em maior participação de estudantes dessa graduação. Entretanto, sabe-se que embora mais escassa, há presença de mulheres em graduações referentes à ciências sociais aplicadas, exatas e da natureza, e como se pode ver, mulheres mães. O alcance deste questionário, o período de tempo disponível, ou a ausência de construtos acerca dessas compreensões e especificidades da vida da mulher-mãe por parte de demais estudantes e até mesmo a indisponibilidade em tempo, podem ter corroborado para a limitação em participação de alguns cursos em respostas do formulário proposto.

Entretanto, tem a se refletir ainda que a maior presença de mulheres em licenciaturas, principalmente a de Pedagogia é também construto sócio histórico tratado em obras com a de Paulo Freire “Professora Sim Tia Não” (1997), pois permite abarcar a extensão da ligação do cuidar, do trabalho doméstico, às mulheres que agora ocupam as escolas. No entanto, apesar dessas constituições há que se pensar, dentre outros aspectos que possam ser mais específicos e subjetivos, que a justificativa das de maior incidência das mulheres nas licenciaturas, e em específico, das Mulheres-Mães pode se dar diante de uma busca por conciliação entre estes papéis sociais e por considerar situações em que precisem ao mesmo tempo dar conta da profissão e da maternidade, sendo a escola um espaço onde o/a filho/a certamente não seria estranhado/a ao acompanhar sua mãe frente ao seu exercício profissional, por se dar, justamente em um ambiente direcionado às infâncias e suas aprendizagens.

No que se refere ao ano de ingresso na universidade se tem

Gráfico 3: Ano de ingresso pelas participantes na universidade



Fonte: A autora (2023)

No gráfico acima tem-se estudantes com entradas nos anos de 2010 à 2022. A existência de estudantes ingressantes nos anos de 2010 e 2016 ainda em 2023 é aspecto preocupante no sentido de perceber quais os motivos e vivências que encaminharam ao atraso na conclusão na graduação, tal reflexão é tratada mais adiante. As mulheres referentes são a M11 e M12

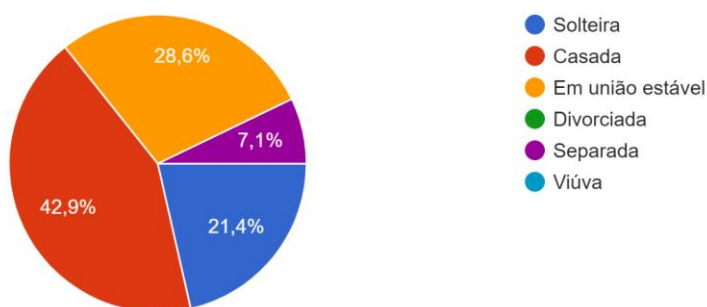
respectivamente. Em 2017 as M7 e M10; 2018 M5 e M6; 2019 M4, e M13; 2020 apenas M9; Em 2021 as M2, M3, M8 e M14; e M1 em 2022.

Seguindo o traçar do perfil:

Gráfico 4: Estado Civil das participantes

Estado Civil:

14 respostas



Fonte: A autora (2023)

No que se refere ao Estado Civil, dentre as 14 Mulheres-Estudantes-Mães participantes da pesquisa, tivemos 4 partícipes em União Estável (M1, M4, M6 e M9), 3 Solteiras (M2, M8 e M10), 6 Casadas (M3, M5, M11, M12, M13 e M14) e 1 Divorciada (M7). Esse fator se apresentou relevante, pois o estado civil também vem a ser um forte indicativo da disponibilidade de tempo dessas mulheres, e possível existência de divisão, por parte dos companheiros, no cuidado com os filhos e com o trabalho doméstico. Outro aspecto a ser pensado é que a existência mais preponderante entre mulheres casadas ou em união estável cursando uma graduação, podendo ser indicativo de dificuldade na ocupação desses espaços por Mulheres-Mães solteiras.

Nesta área surgem questões relacionadas ao comprometimento financeiro e participativo dos pais com as crianças, principalmente daqueles que não se encontram em União Estável ou Casados.

A M2 e M10 afirmam que existe o auxílio financeiro, bem como a participação do pai da criança em quase todos os momentos da vida destas. Já a M8 aponta que “Não, eu sustento os meninos sozinha com a ajuda da minha mãe.” (M8, 2023) Fazendo emergir uma problemática social de abandono paternal muito forte em nosso país, podendo levar a impactos

emocionais na criança, e sobrecarga materna no que diz respeito ao cuidado com os filhos. Em relação a isso A UFMA (2022) veicula

No ano de 2021, segundo dados da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC), 167.285 crianças foram registradas sem o nome do pai no Brasil [...]. Outro dado que chama atenção foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e aponta que 11,6 milhões de famílias são formadas por mães solo, ou seja, mães que criam seus filhos sozinhos sem apoio do genitor. (TV UFMA Notícias, Universidade Federal do Maranhão, 2022)

Dentro disso, coloca-se ainda que

Nessa realidade, 57% das mulheres vivem abaixo da linha da pobreza e enfrentam maior restrição a condições de moradia, saneamento básico e internet. Quando esse dado é analisado entre as mulheres pretas ou pardas, o número sobe para 64%. Em 2017, segundo o Data Popular esse número já atingiu 20 milhões de mulheres. Em outro recorte, o abandono afetivo paterno envolvendo crianças com alguma doença rara, o índice aponta para 80%. (TV UFMA Notícias, Universidade Federal do Maranhão, 2022)

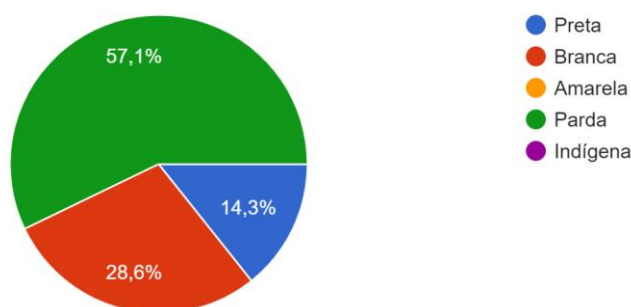
Assim, a M8 reflete essas colocações, de modo que tais levantamentos nos remetem aos aspectos abordados ainda na introdução sobre as presentes desigualdades sociais que permeiam os diferentes espaços e realidades vividas da população brasileira. No que concerne a existência de mães universitárias de crianças com algum tipo de deficiência, não foi aspecto abordado neste estudo, mas esse dado reflete necessidade de análise da existência ou não existência da ocupação destas nos espaços acadêmicos, bem como dos impactos destas possíveis realidades.

Nessa direção, procurando nos aproximar da diversidade e das dimensões que atravessam nossas participantes, caracterizamos a seguir a etnia, onde:

Gráfico 5: Característica Fenotípica (cor-etnia) das participantes

Se considera:

14 respostas



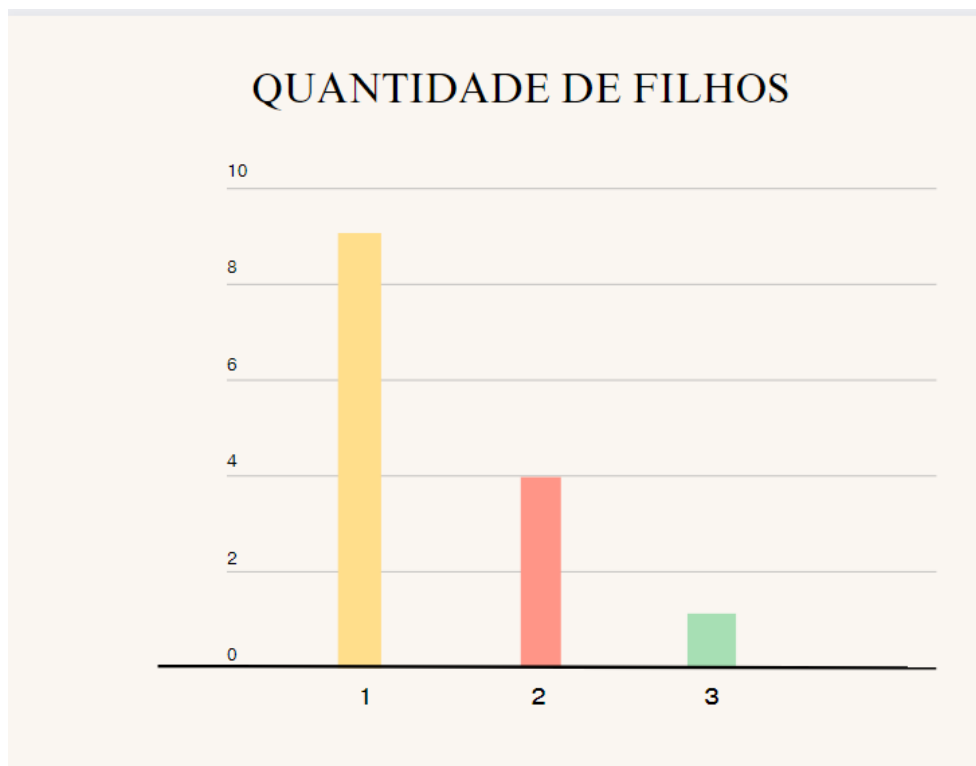
Fonte: A autora (2023)

Sendo Pardas as M1, M8, M9, M10, M11, M12, M13 e M14, Brancas as M2, M4, M6 e M7, e Pretas M3 e M5. Esses dados são importantes porque em seu entrecruzamento com outros aspectos da vida destes sujeitos são permissíveis de fazer emergir questões a respeito de vivências específicas, bem como do reconhecimento de si, e a quem as próprias parcelas de oportunidades estão sendo dadas em diversos níveis na universidade (no direcionamento de auxílio, de possibilidade de frequência, participação na iniciação científica, etc.). Assim, pode-se pensar no menor índice de Mulheres-Mães Pretas em relação às pardas - considera-se aqui as relações e questões que permeiam o embranquecimento, onde as pessoas com pele mais clara, mesmo entre pretos encontram-se em vantagem em relação as pessoas negras de pele mais escura, como tratam os estudos sobre colorismo², por exemplo- e até mesmo brancas e sua ocupação na universidade, o que extrapola a dimensão da maternidade por necessitar elencar a relevância que a questão histórica tem na miscigenação dos povos brasileiros, que abarca questões de desigualdades referentes à preconceitos que repercutem na vida dos indivíduos e dificultam, apesar dos direitos adquiridos, sua ocupação em diversos espaços, tais aspectos são abarcados por Trindade (2022) ao considerar as necessidades de estratégias de resistência e enfrentamentos por parte dos Estudantes Negros/as nas universidades brasileiras.

Dando continuidade aos elementos de análise referentes ao perfil das Estudantes-Mães participantes desse estudo, outro dado importante se refere a quantidade de filhos que encontra-se discriminada no gráfico abaixo

² Fato abordado em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2022/05/13/entenda-o-que-e-colorismo-conceito-de-que-a-cor-da-pele-determina-como-uma-pessoa-negra-e-tratada.ghtml>. Acesso em 15/05/2023

Gráfico 6: Quantidade de filhos das participantes



Fonte: A autora (2023)

Frente aos dados destacados no gráfico acima, apontamos que a quantidade de filhos é fator a ser tomado como referência uma vez que ao longo do trabalho se apontou dificuldades das Mulheres-Estudantes-Mães, que pode sofrer variedades no que concerne também a elementos como quantidade, idade, personalidade, estilo de vida, se tem ou não algum tipo de deficiência (aspecto passível de ser aprofundado em outro momento), etc.

Considerando esses dados, apresenta-se abaixo a tabela contendo o estado civil, a quantidade e idade dos/as filhos/as das estudantes mães participantes da pesquisa:

Tabela 1: Idade dos/as filhos/as das participantes

Estudante Mãe	Estado Civil	Quantidade de filhos/as	Idade dos/as filhos/as
M1	União estável	1	6 meses
M2	Solteira	1	3 anos
M3	Casada	1	1 ano e 4 meses
M4	União estável	1	8 meses
M5	Casada	1	1 ano e 4 meses

M6	União estável	1	1 ano e 6 meses
M7	Divorciada	1	9 anos
M8	Solteira	2	7 e 11 anos
M9	União estável	2	5 e 8 anos
M10	Solteira	1	8 anos
M11	Casada	1	5 anos
M12	Casada	2	10 e 14 anos
M13	Casada	2	7 e 15 anos
M14	Casada	3	9, 16 e 18 anos

Fonte: A autora (2023)

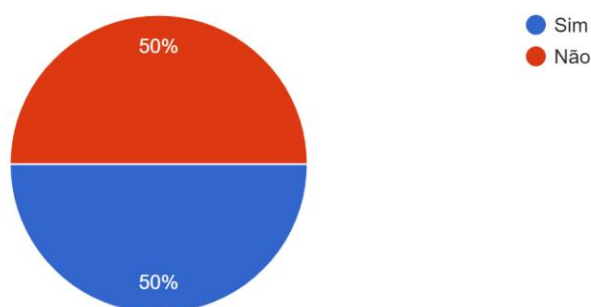
Percebe-se então que a idade dos/as filhos/as dessas estudantes mães vão desde os 6 meses aos 18 anos. Tamanha variabilidade em idade principalmente sugere requerimentos específicos nas dimensões do cuidar-educar advindas do âmbito da própria família, lê-se mães majoritariamente, uma vez dadas todas as questões sócio-culturais e históricas, que por sua vez requerem adaptação frente às fases de desenvolvimento das crianças, dinâmica familiar, valores e cultura em que estão inseridas/os, etc. tais movimentos requerem esforços e desprendimento de tempo e atenção às demandas dessa dimensão. A união desses dados cruzados com o ano de ingresso na Universidade também permite identificar que as M2, M7, M8, M9, M10, M12, M13 e M14 já adentraram a Universidade sendo mães, tendo os/as filhos/as em idade de 1 ano da M2; 3 anos da M7; 5 e 9 anos da M8; 2 e 5 anos da M9; 2 anos da M10; 3 e 8 anos da M12; 2 e 10 anos da M13; e 7, 14 e 16 anos da M14. Enquanto as M1, M3, M4, M5, M6 e M11 foram mães durante a graduação.

Ainda no que se refere ao perfil das Mulheres-Estudantes-Mães que participaram da pesquisa, para se considerar sua trajetória e vivências dentro e fora da universidade, por se compreender a implicação dos diferentes papéis/ambientes entre si, se colocou:

Gráfico 7: Ocupação empregatícia das participantes

Possui alguma ocupação empregatícia?

14 respostas



Fonte: A autora (2023)

De um total de 14 Mulheres-Mães 50% declararam exercer uma ocupação empregatícia, sendo elas às M2, M3, M4, M5, M6, M7 e M12, e 50% não exerciam, no momento da pesquisa, nenhuma atividade empregatícia, sendo estas às M1, M8, M9, M10, M11, M13 e M14.

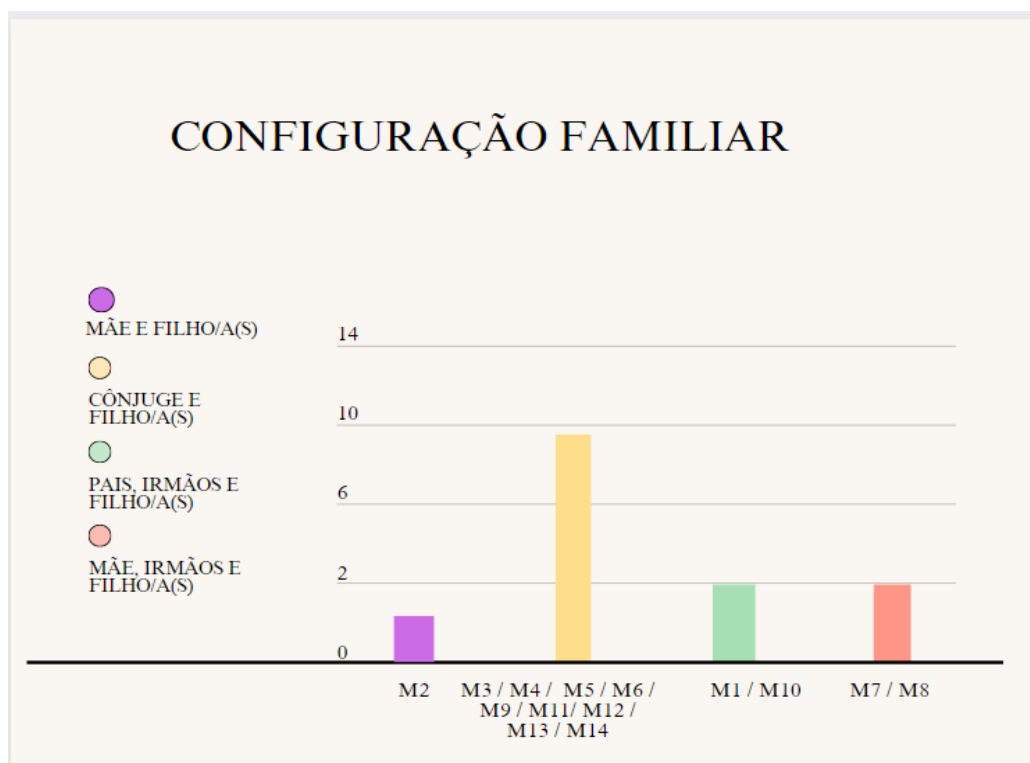
O fato de direcionamento à Universidade Federal já sugere o público de condições menos favoráveis no âmbito econômico, isso somado ao fato da disponibilidade do curso durante o período noturno voltado à necessidade da classe trabalhadora, implica pensar na divisão do tempo e possibilidades de dedicação a questões universitárias por parte dos estudantes. O fato de 7 das 14 mulheres não estarem vinculadas a uma ocupação empregatícia no momento pode sugerir uma fonte de economia mais ou menos estruturada a depender de outros aspectos, como o recebimento ou não de bolsa em assistência estudantil, um maior ou menor apoio ou carência econômica por parte da estrutura familiar, o tipo de criação destas mulheres, etc. Entretanto, é sabido que mesmo as mulheres que contam com dedicação ao(s) filho(s) e a casa necessitam uma maior dinâmica para corresponder a essas duplas jornadas. Sobre isso, Barbosa (SD) aponta

Obviamente não podemos esperar que as mulheres consigam o mesmo desempenho na atividade acadêmica quando têm que atuar em casa e no trabalho. Algumas profissionais conseguem fazer isso delegando a atividade de cuidar dos filhos a outras mulheres, mas os homens não precisam fazer isso para continuar no trabalho e ter uma família. (Marcia Bernardes BARBOSA apud BENEDITO, 2019).

Em outro horizonte, dados como estes que apontam a presença das mulheres no “mundo do trabalho” podem encaminhar a percepção em alcance por ocupação de espaços outros pelas mulheres, revelando o rompimento do enlace doméstico e alcance ao trabalho “produtivo” e

socialmente valorizado, o que se constitui em fator positivo, mas ao mesmo tempo implica pensar nas necessidades econômicas destas mulheres, nos tipos de trabalho (formal ou informal, ligado ou não à graduação, demandas, horário, etc.).

Gráfico 8: Configuração Familiar das participantes



Fonte: A autora (2023)

A partir das respostas percebe-se que 9 dentre as 14 Mulheres-Estudantes-Mães participantes da pesquisa, vivem com seus companheiros e filhos, ao passo que as demais permanecem provavelmente na estrutura familiar anterior à suas condições de mãe.

Em adendo a este aspecto, no que concerne à rede de apoio, caracterizada por Brito e Koller (1999), enquanto um “conjunto de sistemas e de pessoas significativas, que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo”, ou seja, são dinâmicas e comparecimentos estabelecidos por pessoas que estão em contato com os sujeitos que necessitam desta relação, neste caso, atuando em aspecto zeloso e participativo na vida da/s criança/s, geralmente sendo membros da família, durante os momentos em que as Mulheres Mães estão na universidade, obtivemos alguns apontamentos interessantes. A M1 afirmou que não possui, levando sua bebê consigo para a universidade.

As M6 e M12 apontaram que sua rede de apoio é inconstante, enquanto as demais afirmam que sim, onde o/a(s) rede de apoio varia entre pais da(s) criança(s) e avós maternos.

No entanto, nos chamou a atenção a afirmativa da M7 quando diz “Minha rede de apoio é composta por mulheres, minha mãe, minha irmã e a avó do meu filho. São elas que ficam com ele quando preciso me ausentar para trabalhar e estudar.”, tal afirmação nos faz lembrar que são mulheres a apoiar outras mulheres dentro da família principalmente. Isso diz por um lado de, como já abordamos, uma construção social que as põe enquanto cuidadoras principais, mas por outro de um aspecto de fortalecimento que ainda se faz necessário frente a dinâmica vivida devido a cargas históricas e subjetividades construídas.

Em relação a participação dos pais na vida, cuidado e dedicação as crianças houveram alguns caminhos a se destacar. A M4 aponta “Presente, sim. Ativo, não. Ele não tem paciência de ficar com ela até a hora que ela vai dormir, por volta de 1:00 da manhã; ela gosta de brincar, já ele prefere que ela fique deitada com ele na cama, assistindo.” (M4, 2023), isso tem muito a dizer sobre a constituição da paternidade na sociedade e de certa desatenção no que se refere às necessidades da criança/infância. Ao não dedicar tempo de qualidade à criança prejudica-se seu desenvolvimento e concomitantemente sobrecarrega a mãe ao ter que fazê-lo, pois reconhece essa necessidade.

A M7 coloca “Ele não é presente. Ele passa um dia com o filho quando tem vontade, que pode ser uma vez por mês, ou uma vez a cada dois meses. Recentemente conversei com ele para buscar nosso filho no treino, à noite, duas vezes por semana. Mas mesmo assim ele sempre se atrasa ou às vezes esquece.” (M7, 2023). Além dos pontos já destacados nas considerações acima, este relato deixa mais evidente a possibilidade de “escolha” sobre o estar ou não presente e ser ou não participativo na vida dos filhos, o que, pela legislação corresponde à responsabilidade mútua (art. 229 da CF/88 atribui aos pais o dever de assistir, criar e educar os filhos), mas socialmente a dedicação e maiores obrigações no que se refere a criação são destinados às mães.

Em sua resposta a M9 destaca “É relativo, pois há vários níveis de participação. Ele pergunta como estão, como estão as aulas, se estão doentes... Pelo menos duas ou três vezes por semana, por mensagens no celular.”

Frente a isso, reitera-se

A convivência dos filhos com os pais não é direito do pai, mas do filho. Com isso, quem não detém a guarda tem o dever de conviver com ele. Não é direito de visitá-lo, é obrigação de visitá-lo. O distanciamento entre pais e filhos produz seqüelas de ordem emocional e reflexos no seu desenvolvimento. O sentimento de dor e de abandono pode deixar reflexos permanentes em sua vida. (DIAS apud DILL; CALDERAN, 2011)

Assim, se percebe que além da sobrecarga materna, os principais prejudicados diante de cenários de afastamento são os próprios filhos, implicando em diversas consequências para as crianças, conforme destacado, com potencial de perdurar por toda a vida.

Dill e Calderan (2011) elencam as obrigações dos pais

Os deveres dos pais (...) abrangem o direito de criação, abrangendo as necessidades biopsíquicas do filho, o que está vinculada à satisfação das demandas básicas, tais como os cuidados na enfermidade, a orientação moral, o apoio psicológico, as manifestações de afeto, o vestir, o abrigar, o alimentar, o acompanhar física e espiritualmente ao longo da vida. Para que se concretize o processo de formação dos filhos não é necessária a coabitação com ambos os pais, desde que estes cumpram seus papéis de forma efetiva. (DILL; CALDERAN, 2011)

Isso deixa claro que no papel de pais deve-se cuidar para que não haja limitação apenas ao aspecto material, em outras palavras, ao sustento. Mas por entender esse aspecto enquanto constituinte e importante elencou-se no questionário essa dimensão, frente a qual a M8 aponta prover o sustento de seus 2 filhos com o auxílio da mãe, e não do pai das crianças, o que logicamente eleva as problemáticas da mulher mãe solteira e sem suporte financeiro do genitor de seus filhos e das próprias crianças que são abandonadas também nessa dimensão.

Frente a isso foi possível destacar as presentes sobrecargas na vida dessas Mulheres-Mães ao perpassarem cenários e condições desfavoráveis que afetam tanto a si quanto a seus filhos, se somando a isso o esforço de articular vida e formação acadêmica tendo em vista concentração de responsabilidades e cuidados com os filhos.

Coloca-se então a seguinte fala

Se hoje podemos tecer algumas importantes reflexões sobre “o lugar da mãe” na família e na sociedade, há muito que avançar sobre o “lugar do pai” e o papel do Estado na criação de uma criança, convidando todos atores sociais a participarem, pois, como diz um antigo ditado africano, “é preciso uma aldeia inteira para cuidar de uma criança”. (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 1777)

Percebe-se que tratar de maternidade e formação envolve diversos fatores sociais a considerar de construtos estabelecidos e efetivados, diz-se de perceber e contrapor legislações e realidades considerando os sujeitos envolvidos.

Assim, no que concerne ao perfil das Mulheres-Estudantes-Mães participantes, foram trazidas questões que se entrelaçam entre si e corroboram na construção dos padrões e especificidades dessas mulheres por estarem diretamente ligadas a suas vivências, mas por se fazerem presentes em um conjunto mais amplo que engloba culturas e espaços semelhantes frente a uma mesma sociedade. A variabilidade em idade, graduação, participação paterna na vida dos filhos, trabalho, etnia, ano de ingresso na universidade, configuração familiar,

dimensão financeira, etc. são indicativos da dinâmica de vida requerida por essas Mulheres-Estudantes-Mães em sua resposta às demandas e em sua formação tanto acadêmica quanto de sujeito histórico-social.

4.2 Principais dificuldades no conciliar Maternidade e Universidade: Características relevantes que atravessam a condição de Mulher-Estudante-Mãe

Nesse tópico nos propomos a refletir sobre as vivências e trajetórias das Mulheres-Estudantes-Mães da UFPE-CAA, destacando as dificuldades vivenciadas no conciliar Maternidade e Universidade. Tendo em vista a importância da abertura ao relato de modo a compreendermos e podermos nos aproximar/identificar/analisar as vivências das Mulheres-Mães-Estudantes participantes fizemos uso de questões dissertativas. Assim, inicialmente, trouxemos a questão “Em algum momento você precisou levar seu filho/a para a Universidade? Se sim, poderia relatar a experiência e traçar suas considerações a respeito desse momento?” (EXTRATO DO QUESTIONÁRIO, 2023). As Mulheres Mães M2, M3, M4, M6, M8, M11 e M14 pontuaram que não. Já a M1 respondeu “Extremamente difícil, ela está em amamentação e não aceitou bicos artificiais, às vezes chora ou faz barulhos que atrapalham a concentração na aula, fora o peso do material escolar e das coisas de higiene pessoal dela e minhas” (M1, 2023). Emerge a questão do cuidado, do deslocamento e do ambiente universitário, onde frente a necessidade de corresponder tanto a filha quanto às demandas presenciais da graduação reflete o movimento de unir os dois papéis, de mãe e estudante, onde encontra empecilhos no que se refere ao requerimento de atenção por parte da criança e do momento-aula.

Outro fator passível de visualização no relato é os chamados “códigos de convivência” os quais, de acordo com Urpia e Sampaio (2011), no ambiente acadêmico se dão em complexidade frente a necessidade de conciliação de obrigações referentes à maternidade e ao ambiente/atividades universitárias. Dito de outro modo, os códigos de convivência são elementos implícitos ou explícitos aos ambientes sociais, segundo os quais os sujeitos seguem regras/padrões de comportamento, vestimenta, etc., nesse contexto, o ambiente acadêmico é tido como local de ensino-estudo destinado à sujeitos de maior idade que cursam uma graduação, e quando há presença “não programada” nesse espaço por crianças, por exemplo, leva-se ao estranhamento, (tanto por parte da criança, uma vez que se trata de espaço diferente e sem as condições e acomodações que elas necessitam, quanto por parte da rotina instituída no ambiente da sala de aula o que pode ocasionar muita preocupação e, às vezes possibilidade de constrangimento ou tensões destinadas a/o responsável pelo/a menor, ou até mesmo à própria

criança, conforme evidenciado no trabalho de Assunção (2021) a partir dos relatos das participantes de sua pesquisa.

Nesta direção temos o relato da participante M5 quando diz “Precisei levar algumas vezes. Em uma delas percebi-se pelo olhar que a professora não gostou muito. Pois constantemente tinha que repetir o que estava dizendo porque minha filha estava ‘atrapalhando a aula.’” (M5, 2023). A sala de aula da mãe pode não se constituir, de fato, em local apropriado para a temporalidade de uma criança. Nesta direção, entendendo a importância de garantir às crianças o seu direito de ser cuidadas, de certo, caso houvesse outras possibilidades seguras de resguardar o/a(s) filho/a(s) durante as horas-aula a mãe não optaria por levá-los ao ambiente universitário.

Tendo que levar seus filhos/as ao ambiente de ensino, e mais especificamente a sala de aula, reflete uma necessidade a ser depreendida, uma vez que é resultado de construtos sociais e realidades subjetivas, onde estas precisam se sentir acolhidas e seguras para frequentar o espaço acadêmico a vistas de não atribuir a estas mais desvantagens em sua trajetória formativa, e resguardar os direitos resguardados pela Constituição (1988), pelo próprio processo de interiorização e pelas Políticas de Assistência Estudantil, tendo-se compreensão de que estas, igualmente, necessitam de aprendizagens significativas diante da graduação (URPIA; SAMPAIO, 2009). Assim “é preciso considerar todo o contexto ao qual estas se encontram inseridas, as possibilidades que podem não ser diretamente acadêmicas, mas que interferem na sua produtividade” (ASSUNÇÃO, 2021, p. 54). Assim, registra-se aqui o desafio que se coloca, para alguns docentes, em pensar sobre uma forma mais acolhedora, em determinadas situações, tanto às mães quanto as crianças que ali se fazem presentes.

Entendendo toda as especificidades que as atividades de ensino e aprendizagem entre adultos agrega, indagamos aqui: Em que medida é possível mediar e instaurar gestos formativos e acolhedores que incorporem essas demandas que extrapolam os objetivos, planejamento e relações didáticas-curriculares- pedagógicas previstas para o processo de ensinar e aprender no âmbito da universidade?

Complementando a problemática, a M9 relata: “Sim. Crianças distraem, precisam de atenção, fazem barulho, têm inúmeras necessidades que não se consegue conciliar com a atenção às aulas.” (M9, 2023). Diante disso temos a dizer que os movimentos da infância se fazem diversos e sempre pronunciados, o que acaba por provocar uma tensão uma vez que não se deve cobrar da criança que compreenda o ambiente universitário e se porte tal qual um adulto que pretende concluir a graduação, frente a isso é seguro supor o desafio no aproveitamento da aula de uma mãe que ao necessitar levar seu/sua filho/a à universidade se vê diante de olhares

que demonstram o incômodo de lidar e conciliar essas demandas, além da constante e precisa observação às necessidades e ações do/a filho/a.

Em direção diferente, à experiência da M5, a M10 indica um movimento de mais abertura a presença das crianças e as vivências infantis na sala de aula

Sim, por diversas vezes precisei levá-lo à universidade, e mesmo se tratando de uma criança calma tive dificuldade em permanecer nas aulas. Das primeiras vezes que o levei, ainda com dois anos de idade, era mais difícil, porém recebi muito suporte dos professores e colegas de turma. À medida que ele foi crescendo e se familiarizando com o ambiente da universidade foi se tornando mais fácil pra gente. No entanto, ainda é um pouco estressante, visto que as aulas são extremamente tediosas para uma criança, fazendo com que, por diversas vezes eu precise me ausentar da sala. (M10, 2023)

Já a M12 toca em um dos cerne do presente estudo, debatido ainda no aporte teórico quando diz “Sim. Precisei levar minha filha comigo pois não havia quem ficasse com ela e minha cota de falta já estava cheia. Não aproveitei a aula, já que não havia um berçário ou creche para que ela ficasse enquanto estivesse lá.” (M12, 2023) Retoma-se uma questão que merece ser refletida, na medida em que a sua reivindicação remete a uma medida que coloca em discussão muitos aspectos relacionados ao papel e função da creche. Um deles diz respeito ao fato de que a creche não pode ser tomada como um lugar de amparo ou de guardião, funções que estiveram no início do atendimento a primeira infância, sobretudo as crianças das classes menos favorecidas e que hoje a luta e os questionamentos têm acentuado a busca pela superação dessa função. Aqui, faz-se necessário reiterar que o tema do atendimento às crianças de 0 a 5 anos e a garantia dos seus direitos a ser inseridos no âmbito da educação e não da escolarização excessiva e precoce vem ocupando as reflexões educativas e as bandeiras de lutas dos movimentos sociais há muito tempo. Conforme destaca Kramer (2006) “O reconhecimento deste direito afirmado na Constituição de 1988, no Estatuto da Criança e do adolescente e na LDB de 1996 está explícito nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil” (KRAMER, 2006, p. 798) onde esses marcos legais relacionados às políticas educacionais para a Educação Infantil apontam a creche em seu sentido educativo e do cuidado estabelecido no âmbito da Educação Infantil.

Logo, a Educação Infantil, tanto no seu atendimento à creche quanto na pré-escola não pressupõe o seu funcionamento noturno devido a questões de resguardo das próprias crianças em dimensões de saúde, fisiologia, respeito ao tempo familiar, etc. Bem como pelo fato de fragilizar o sentido e a função das creches e os direitos das crianças, neste caso, de 0 a 3 anos ao atendimento creche no seu turno diurno, sobretudo quando não temos ainda este direito

elementar a educação e ao cuidado diuturnamente garantido a todas as crianças de 0 a 3 anos no Brasil .

Contudo, não podemos ignorar o fato e a importância de se pensar sobre ações e políticas públicas que amplie a possibilidade do cuidado com as crianças e suas mães que estudam no turno noturno. Uma reivindicação muito importante pode ser a garantia do auxílio creche para todas essas mães (aspecto aludido mais adiante), de modo que o mesmo possa contribuir de forma mais efetiva no cuidado das crianças em suas casas no turno noturno quando as mesmas precisam se ausentar para ir a Universidade. Diante das situações nas quais as crianças precisam acompanhar suas mães em algumas atividades somos levados a pensar em outros espaços de acolhimento como a sala de amamentação e fraldário, bem como em projetos em espaços lúdicos, que de certo contribuiriam na conciliação entre as necessidades requeridas do ser mãe e ser estudante em tais situações. De modo que essas questões necessitam de muita reflexão apoiada em dinâmicas que conduzam à melhoria da qualidade de estudo das mães e que não inviabilizem e nem vulnerabilizem a qualidade de vida das crianças e suas infâncias.

Dentre os citados, apenas o fraldário é resguardado por lei onde a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) homologou o projeto que obriga a instalação de banheiro familiar e fraldário em estabelecimentos coletivos, tanto públicos como privados. Onde se dá a “obrigatoriedade de acessibilidade aos banheiros e fraldários, e a necessidade de adequação de estabelecimentos construídos antes das novas normas mas que passem por posteriores reformas ou ampliações.” (AGÊNCIA SENADO, 2022) de modo que a regra deve ser aplicada “a locais com circulação, concentração e permanência de grande número de pessoas” (AGÊNCIA SENADO, 2022), dentre estes se encontram centros comerciais, hospitais, universidades, etc.

Assim, em consonância a esses dados, na seção “Dificuldades que enfrenta no dia a dia para conciliar a maternidade e a Universidade” obtivemos registros significativos. Buscando compreender melhor o início da trajetória entre a maternidade-universidade apresentamos a questão: “Houve alguma dificuldade para ingressar na universidade, tal como tempo, distância, questões financeiras, demandas familiares que envolvam o cuidado com filho(s) ou outras?” (EXTRATO DO QUESTIONÁRIO, 2023). As Mulheres-Estudantes-Mães participantes M1, M2, M9, M10, M11 e M12 apenas relataram que sim. Ao passo que a M3 reflete a passagem inicial concomitante à Pandemia de COVID-19 “Não, quando ingressei eu estava grávida mas por conta da pandemia meu primeiro período foi totalmente remoto.” (M3, 2023), A M4 também afirma não ter enfrentado dificuldades

Quando ingressei na universidade ainda não tinha a minha filha. Engravidei no final de 2021 quando ainda estávamos com aulas remotas e tive neném em 2022, no período que as aulas presenciais voltaram. A maior dificuldade foi ter que deixar a minha filha em casa para ir à universidade, pois eu não cogitei em momento nenhum trancar ou desistir do curso, visto que já estava no 7º período e não queria atrasar. (M4, 2023)

O relato acima revela o elo emocional que muitas mães desenvolvem por seus filhos/as, mas ao mesmo tempo é capaz de evidenciar a vontade de concluir a graduação. Em relação a essas questões a M4 ainda coloca

(...) Quando me tornei mãe, adquiri sem querer um sentimento de culpa sempre que fazia algo por mim. Então, ficava com a consciência pesada quando deixava a minha filha pra ir à universidade; quando pensava em estudar eu sentia que estava deixando de aproveitar o tempo com ela pra ir fazer algo pra mim. Nos primeiros meses esses sentimentos se fizeram mais presente, mas, hoje em dia, eu lido melhor com eles e consigo entender que, antes de ser mãe, eu sou mulher e também preciso investir em mim. (M4, 2023)

Apesar de ter ligado o cuidado de si à trajetória formativo-acadêmica, ao elencar o sentimento de culpa a M4 nos remete a presença da “Crença coletiva de que cabe à mãe os cuidados com as crianças é a principal razão para a autopunição que elas se impõem” (DONINI, 2019), tal aspecto requer uma reestruturação do pensamento social para que o sentimento seja desconstruído, e não apenas individualmente, uma vez que é fruto de um processo de interpelação na construção de suas identidades. Dito de outro modo, a maternidade não deveria encaminhar a anulação da mulher, mas antessim ao compromisso, responsabilidade, deveres e direitos conjuntos entre os genitores de modo que a mulher-mãe também seja contemplada por momentos de auto-cuidado e dedicação ao estudo e/ou trabalho, tendo este reconhecimento sócio-cultural estabelecido.

Outra questão a ser destacada é a das Mulheres-Estudantes-Mães que não residem no mesmo município que a universidade

A distância sempre foi uma dificuldade porque como moro em Gravatá, sempre tive que gastar muito com transporte para meu deslocamento. Como nunca recebi pensão, e não trabalhei grande parte da minha graduação, sempre estive dependendo da minha mãe e da outra avó da criança para arcar com as minhas despesas e do meu filho. (M7, 2023)

Desta forma a distância se constitui em fator relevante na compreensão das trajetórias das Mulheres-Estudantes-Mães da UFPE-CAA, uma vez que este centro compreende estudantes de diversos municípios no entorno de sua localização e o tempo de deslocamento, bem como o despendimento financeiro neste quesito, influi na dinâmica a ser traçada para corresponder à universidade.

Em prosseguimento, na questão “Enfrentou dificuldades para a permanência na graduação? Se sim, quais?”(EXTRATO DO QUESTIONÁRIO, 2023). As participantes M2 e M5 afirmam que sim, no conciliar trabalho, faculdade e maternidade.

A M1 ao dizer “O fato de levar um bebê tão pequeno dificulta a concentração e execução de trabalhos manuais, pois não há onde eu possa deixá-la durante a execução” (M1, 2023), faz pensar nas especificidades das graduações que requerem desprendimentos mentais e manuais a níveis diversos necessários à formação, mas que em situações como esta são impossibilitados de execução naquele dado momento, o que pode prejudicar o envolvimento da mãe-estudante frente a tarefa a ser executada por precisar, ao mesmo tempo, corresponder às demandas de seu/sua filho/a.

Em resposta a M3 também alude a questão da distância

Sim, as dificuldades que enfrento são em relação a distância, pois não moro em Caruaru então é acrescentado mais tempo fora de casa nessa ida e volta, a parte financeira também representa uma dificuldade pois minha condição financeira não me permite escolher não trabalhar e ter mais tempo com a minha filha e mais tempo para me dedicar aos estudos, trabalho o dia todo e de noite vou para universidade não sobra tempo para mais nada, o que acaba sobrecarregando meu esposo que fica com a tarefa de trabalhar em casa (ele é barbeiro), cuidar do nosso lar e da nossa bebê em tempo integral. (M3, 2023)

Neste ponto a narrativa retoma a questão da distância em conjunto a necessidade do trabalho exemplificando bem o público ao qual as universidades federais, especialmente as tomadas no processo de interiorização, se destinam em busca de garantir igualdade no acesso à educação pelas camadas populares, o que não diminui os movimentos necessários a garantia de vida concomitantemente à busca pela graduação. De modo que pensar a abertura e oferta de tais espaços é pensar em conquista, reparação e investimento, mas também requer reconhecimento das históricas desigualdades sociais que dificultam o alcance à graduação.

Dando continuidade a questão, a M6 afirma que ainda não conseguiu retornar completamente à vida acadêmica. Enquanto a M7 faz emergir “Dificuldades financeiras. Sobre tudo porque nunca consegui o auxílio estudantil. Tentei várias vezes mas a burocracia dificulta demais o processo” (M7, 2023), percebe-se que a fala sobre burocratização é tratada também nos discursos da M3 e M9 (citados mais adiante), revelando insatisfação com os processos administrativos nesse âmbito. Ademais, tem-se a considerar que a questão da burocracia ganha força pela diminuição do orçamento³ e do suporte do Estado com a qualidade

³ Em relação a isso, tem-se a destacar os recentes cortes a essas instituições nos últimos anos, aspecto passível de ser percebido a partir do trabalho de Kleina (2022), denominado “Balbúrdia no YouTube: uma análise de comentários sobre os cortes nas universidades brasileiras”, onde se percebem o entrelace neoliberal à política e

de Vida, como política afirmativa e de redistribuição, também em referência às Instituições de Ensino Superior Públicas.

O relato da M9 frente a essa questão permite vislumbrar os empecilhos por si vividos durante sua trajetória na universidade

Sim. Sem recurso para passagens de ônibus, com celular quebrado para poder ler os textos em PDF ou para poder digitar trabalhos no word, sem ninguém pra cuidar dos meninos, ou com um deles doente, ou exausta demais pela tripla jornada extremamente desgastante... Tudo isso gera faltas na universidade e tenho uma verdadeira coleção de disciplinas reprovadas por falta no meu histórico da faculdade. (M9, 2023)

De certo essas dificuldades corroboram para problemas de aprendizagem no que se refere ao quantitativo de faltas que se refletem em menor interação entre docente-discente e discente-discentes à nível presencial impossibilitando o possível esclarecimento de dúvidas, execução de atividades, planejamento e integração em trabalhos, etc. Ao mesmo passo em que é preciso pensar que a presença física que conta com o desgaste mental, emocional e/ou psicológico não contribui em aprendizagem significativa podendo levar além do decaimento em qualidade da própria aprendizagem, à baixa autoestima em situação de exaustão e sentimentos de insuficiência ou incapacidade. Em consonância a M10 relata “Sim, no terceiro período do curso não consegui conciliar a maternidade com a vida acadêmica, chegando a trancar alguns períodos.” (M10, 2023), e a M12 declara

Tantas que ainda não conclui! A vida das mães é cheia demais, a universidade demanda muita atividade sobretudo para desenvolver em casa, o tempo da aula a noite já é caro demais para nossa rotina e levar 90% do conhecimento para desenvolver em casa é inalcançável para mim, nunca tive tempo para conciliar de forma decente. A parte financeira é complicada pois se quer fazer uma boa graduação não pode trabalhar devido ao tempo, se não trabalha falta dinheiro para o mínimo, resultado: todo dia me perguntava porque insistia tanto num lugar que "não me cabia" pois não aceitava/levava em consideração minhas particularidades? Temo que deva desistir da graduação já que o trabalho celetista não me permite cursar os estágios no contraturno das aulas. (M12, 2023)

Assim se apresenta um retrato passível de vislumbrar a “flexibilidade” que se faz necessária frente ao tempo disponível, e sentimento de angústia diante dos desdobramentos requeridos para responder às demandas universitárias, do lar e do trabalho. Nesse tópico a M14 foi a única a afirmar que não encontrou dificuldades na permanência, embora nos caiba destacar que é a participante que têm os filhos de maior idade nesta pesquisa.

Assim, de acordo com os dados, têm-se dificuldade de acesso e conseqüentemente de permanência na graduação por parte das Estudantes-Mães, variando ou somando motivos que vão desde questões de distância e financeiras até o cuidado com os filhos/as.

Na pergunta: “Para além das aulas você exerceu outras atividades acadêmicas tais como projetos de extensão, ou monitoria de disciplinas?”(EXTRATO DO QUESTIONÁRIO, 2023). Apenas as M4, M8, M13 e M14 disseram que sim, sendo as últimas mães de crianças acima dos 7 anos.

Já na proposição: “O ser mãe dificultou sua trajetória educativa/formativa? Complicou ou impediu sua participação em atividades acadêmicas ou projetos que você julgava importante para sua formação? Conte sobre.”(EXTRATO DO QUESTIONÁRIO, 2023). Os relatos retratam majoritariamente que sim, destaca-se “Sim, tive que trancar o curso, pois não estava dando conta e estava atrapalhando meus colegas de turma.” (M1, 2023), essa afirmativa é preocupante porque além de revelar a falta de condições de continuar a graduação no dado período revela a perspectiva de “atrapalhar” os demais discentes, visto que esta necessita levar a filha à universidade, o que pode ter advindo de percepções sobre olhares ou falas dentro do ambiente universitário, levando-nos a retomar a necessidade de um espaço mais acolhedor para as especificidades das estudantes-mães. Na mesma linha a M6 afirma “Sim, desde que me tornei mãe não consegui voltar ainda (curso no momento consta trancado) além de ter ficado com medo de não conseguir ver meu filho durante o dia já que trabalho, ficaria o dia todo fora e também não teria ninguém para que ficasse com ele nessa situação” (M6, 2023), retratando mais uma vez o aspecto de “pausa” que as mulheres são levadas a dar diante das diferentes demandas de suas vidas, conforme elencado por Aquino (2006) e Urpia e Sampaio (2011) em seus trabalhos.

Em prosseguimento a M3 nos rememora a dimensão da amamentação ao colocar “Sim. Porquê se eu não fosse mãe talvez tivesse mais tempo livre para tais atividades. Já deixei de participar de atividades na parte da manhã e da tarde por não querer/poder ficar longe da minha filha por amamentá-la.” (M3, 2023), apesar da aparente firmeza dessa mãe o aspecto é tratado por Silva (2005) quando coloca

O esforço materno em manter a amamentação mostra-se frágil diante das forças que os ambientes de trabalho ou de estudo estabelecem, numa relação desigual, em que as decisões e necessidades dessas mulheres perdem energia diante do poderio das regras de uma sociedade instituída. As mulheres refletem sobre suas possibilidades de amamentar interagindo consigo e com os demais elementos de seu contexto. Fica claro que conciliar as atividades de trabalho ou estudo e dar continuidade ao aleitamento estão na dependência de uma estrutura social que dê apoio e possibilidade concreta para a mulher exercer esta prática. (SILVA, 2005, p. 645)

De modo que “Embora nas últimas décadas o aleitamento materno tenha despertado um relativo interesse da sociedade, esta não tem se responsabilizado efetivamente pela sua promoção, pois os ambientes, como os de trabalho e de estudo, não têm estrutura para acolher o esforço materno em manter o aleitamento.”(SILVA, 2005, p. 645).

Essa questão também foi caso de assédio dentro da UFPE campus Recife, conforme noticiado pelo G1 (2023), onde um homem foi preso após filmar uma mãe que amamentava a filha dentro da universidade, somando-se a inúmeros outros casos de assédios em ônibus, praças, esquinas e ruas, demonstrando o cerne de uma sociedade combalida e que se por um lado sexualiza, objetifica e menospreza as mulheres, por outro as coloca em posições de genuínas guerreiras minando despendimento de funções diversas conforme abordado por Stevens (2007).

Por todas essas questões é preciso pensar a mulher na sociedade em sua dimensão geral e em seus papéis e identidades específicas, pois abarca a ocupação de ambientes variados e que devem se fazer conscientes dos direitos e especificidades destas.

Retomando a questão, a proposição da M4 sugere um maior leque de escolhas ao colocar que

Sim. Sempre fui o tipo de estudante que gostava de me "meter" em tudo mas, após a maternidade, ficou mais complicado participar de eventos educacionais, como congressos, por exemplo. Antes da maternidade eu não precisava pensar em com quem eu iria deixar a minha filha ou quanto eu precisaria pagar a alguém pra ficar com ela e eu participar dos eventos. (M4, 2023)

A partir desse relato percebe-se que ao se tornar mãe durante a graduação emergem dois processos “além de precisar lidar com todo lidar com todo processo de adaptação que a conciliação de suas funções exige, esta precisa também aprender a lidar com a culpa de já ter experienciado uma vida acadêmica ativa e produtiva e precisar desacelerar para atender seus filhos e suas necessidades” (ASSUNÇÃO, 2021, p. 49).

Já a M7 reflete mais claramente o conflito família-universidade presente na vida das Mulheres-Estudantes-Mães conforme destacado por Bitencourt (2019)

Sim! Na realidade como eu estava sempre longe, eu comecei a tirar as disciplinas obrigatórias da sexta-feira e assim conseguir chegar mais cedo e aproveitar mais tempo com ele. Quando ele cresceu mais, comecei a me dedicar mais a fazer as tarefas da escola e estudar para as provas com ele. Isso reduz bastante meu tempo de estudo. E com essa redução e a necessidade de ser mais presente pra ele, eu deixei de participar de várias atividades acadêmicas, de participar de PIBIC OU PIBID, nunca fiz monitoria, nem projeto de extensão. (M7, 2023)

Em outras justificativas se vê a dimensão de saúde dos filhos, “Sim, já precisei levar meus filhos pra emergência e faltei a aulas.” (M8, 2023) Na mesma linha a M10 coloca “Sim, pois dificilmente consigo comparecer às aulas no período da tarde, e sempre acabo precisando faltar em caso dele ficar doente, inclusive já perdi diversas provas.” (M10, 2023). Isso ocorre pois na maior parte das vezes é a mãe a encarregada de levar os/as filhos/as tanto aos exames de rotina quanto aos atendimentos emergenciais por possível reflexo do construto social das mulheres enquanto responsáveis pelo trabalho de cuidado (reprodutivo) conforme visto a partir de Hirata e Kergoat (2007) fazendo com que sejam elas, e não os pais, a abandonarem suas demais funções seja no trabalho, estudo ou outros para prestar a assistência necessária aos filhos no âmbito da saúde.

Já a M13 foi a única a afirmar que não, o que sugere uma maior estrutura familiar ou mesmo a possibilidade dada a idade maior de suas crianças.

Percebe-se assim que as Mulheres-Estudantes-Mães participantes desse estudo evidenciam questões relacionadas a maternidade, demandas universitárias, financeiras, emocionais, de distância e de trabalho como principais dificuldades para frequentar o espaço acadêmico e participar das atividades que a universidade proporciona, tais como projetos de extensão, iniciação científica, monitoria, palestras, etc.

No que se refere a dimensão da saúde frente a questão “Dedica momentos para o cuidado de si? Se sim, quais?” (EXTRATO DO QUESTIONÁRIO, 2023) obteve-se respostas diversificadas que iam desde o não das M3, M11 e M14, caminhando através de “Apenas a hora do banho, depois que ela dorme” (M1, 2023), “Só o de higiene pessoal. Como disse anteriormente, é muito complicado conciliar tudo.” (M5, 2023), “Não tenho tempo” (M12, 2023), “Não mais. Já pratiquei jiu-jitsu, já fui doula voluntária na maternidade de Caruaru, já fiz alguns anos de psicoterapia... Não tenho mais estrutura para retomar nada disso.” (M9, 2023) e “Ultimamente raramente. Quando dá vou a academia.” (M13, 2023), até a colocações mais renovadoras como “ Sim, geralmente no fim de semana.” (M2, 2023), “Atualmente, o único tempo que eu consigo dedicar exclusivamente pra mim é quando a minha filha tá dormindo. Ela dorme até 12:00 mais ou menos, então eu busco acordar umas 7:00 pra estudar ou fazer algo pra mim.” (M4, 2023), “Geralmente os sábados, minha mãe fica com meu filho e eu consigo dar atenção a casa e a mim.” (M6, 2023), “No domingo eu costumo fazer skincare e manicure. Tento também fazer meditação, e relaxar vendo filmes e séries. Mas tudo isso faço acompanhada pelo meu filho, em casa. rsrs” (M7, 2023), “Quase nunca, mas gosto de ficar sozinha alguns momentos do dia e pensar nas coisas.” (M8, 2023) e “Sim, principalmente

quando ele está na casa do pai. Mas atualmente, por se tratar de uma criança maior e mais independente, já consigo frequentar a academia, e fazer outras atividades, além de ter mais tempo para estudar.” (M10, 2023).

Tais colocações levam a reflexão sobre a dinâmica de vida dessas mulheres e os impactos na sua saúde emocional, mental e física. O tempo de descanso e cuidado de si é elemento importante para o sujeito e colabora no bom funcionamento dos três âmbitos destacados. Mas como visto, esse tempo é muitas vezes inexistente, pontual e insuficiente na vida dessas Mulheres-Estudantes-Mães para garantir a qualidade de vida nesse quesito. Assim, conforme aponta Bitencourt (2017), a união entre graduação, maternidade e subjetividade, encaminha a um acúmulo de funções, levando à mulher o “abandono” aos cuidados de si, ou ao julgamento por descumprir o dever que as remetem ao sentimento de culpa, perda da saúde, podendo acarretar depressão, obesidade, subnutrição, estresse, hipertensão, etc.

Diante disso, percebeu-se que as principais dificuldades no conciliar maternidade e universidade, referente ao primeiro objetivo específico, variam em ordem e grau sobre cuidado dos filhos/as, distância (deslocamento para o campus universitário), finanças (necessidade de trabalhar - para algumas), aspectos emocionais em percepção de necessidade da presença junto aos filhos/as, escassez de tempo, de rede de apoio, dificuldades psicológicas e afetivas, a exemplo do cansaço, bem como da falta de espaços de acolhimento e, por vezes, a tensão enfrentada com alguns docentes na universidade.

Em paralelo, referente ao segundo objetivo específico, viu-se que as medidas que atravessam a condição de mulher-mãe-estudante se relacionam diretamente às dificuldades pontuadas tal qual pelas construções sócio-históricas que delineiam o que é ser mãe, delegando muitas vezes as principais responsabilidades ao âmbito materno em detrimento do paterno, mas aliados a isso, outras constituições sociais como a visão de uma melhor qualidade de vida ligada à educação, junto à políticas de acesso e permanência encaminham a busca pela graduação, mesmo quando esta envolve lidar com tantas dimensões e dificuldades.

4.3 Apontamentos à melhoria ao acesso e permanência considerando o contexto Maternidade-Universidade

Por fim, na seção “Análise e apontamentos sobre as assistências ao acesso e permanência no que concerne à conciliação entre maternidade-universidade” (EXTRATO DO QUESTIONÁRIO, 2023)– Correspondente ao terceiro objetivo específico: Analisar sobre os possíveis apontamentos destas mulheres para a melhoria ao acesso e permanência das mesmas

no que concerne à conciliação entre maternidade-universidade. Se faz necessário entender a dinâmica de proposta à Assistência Estudantil dada pela PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades a todos os estudantes buscando contribuir frente a melhoria do desempenho acadêmico através de medidas para combater situações de repetência e evasão. (UFPE, 2021), conforme já destacado no aporte teórico (itens 2.2, p. 16-17).

Assim, a

Política de Assistência Estudantil (PAE) da Universidade Federal de Pernambuco, executada pela Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAES), tem por finalidade assegurar aos estudantes regularmente matriculados em curso de graduação, na modalidade presencial, e de comprova da vulnerabilidade socioeconômica, condições de permanência na educação superior. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RESOLUÇÃO Nº 15/2019, p. 1)

De modo que a PAE tem como objetivos

I - garantir a permanência dos estudantes e a conclusão nos cursos de graduação presencial, com qualidade, na perspectiva da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, buscando reduzir os índices de retenção e evasão; II - contribuir para a redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais entre os estudantes; III - viabilizar o acesso aos Programas, Auxílios e Serviços da PROAES. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RESOLUÇÃO Nº 15/2019, p. 2)

A existência de tais políticas sugere pensar na demanda requerida para sua criação, e dentro dessa demanda, como vimos, são abarcadas as realidades das camadas populares frente as quais se fazem presentes a das Mulheres-Estudantes-Mães dessas Universidades. Deste modo, tal aspecto é destacado dado o campo de pesquisa e a especificidade da maternidade que demanda uma responsabilidade financeira a mais por parte também das genitoras a ser direcionada aos filho/a (s). Assim, dentre os programas e auxílios ofertados pela PAE, se destacam o Programa de Bolsas de Assistência Estudantil onde se tem “3.1.1 BOLSAS NÍVEL 3 e 4 (RECIFE, CAV e CAA): consiste no repasse de recurso financeiro mensal para o(a) estudante custear parte das despesas com sua manutenção acadêmica, com o objetivo de ampliar as suas condições de permanência durante a formação acadêmica presencial.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2022). Sendo esses valores no CAA referente à R\$ 400,00 da bolsa nível 3, e a R\$ 600,00 da bolsa nível 4, frente às quais o auxílio creche relativo ao valor R\$ 350,00 pode ser somado caso as/os estudantes se enquadrem nos critérios, conforme sublinhado no aporte teórico (item 2.2, p. 18-19).

Frente a essas colocações das ações propostas e efetivadas pelo Estado através da Universidade, a primeira questão apresentada foi: “Recebe auxílio creche ou usufrui alguma política de acesso e/ou permanência dirigida para as mulheres mães? Se sim, qual?” (EXTRATO DO QUESTIONÁRIO, 2023) obteve-se que apenas a M5 recebe o auxílio creche, e por consequência a bolsa nível, algumas não sabiam da existência dessa política, como as M6 e M13. Tal fator é preocupante e sugere desinformação uma vez que as, M1, M2, M3, M4 e M6, pela idade dos filhos também se encaixam na concessão do auxílio creche. Assim, esse não saber é um fator importante e negativo, pois precariza o acesso dessas políticas de assistências para as pessoas que delas podem/necessitam usufruir. As demais não usufruem de políticas de acesso nem permanência na Universidade, não ficando claro se houve a busca por parte destas diante dos programas ofertados, onde essa ação pode ser advinda tanto da falta de acesso a informação sobre tais políticas, quanto por não se encaixarem nos requisitos colocados para a aquisição dos auxílios. À exceção da M7 que relata tentativas inexitas a fim de conseguir o auxílio estudantil.

Na questão “Considera o valor do auxílio creche (R\$ 350,00) suficiente enquanto política de permanência na Universidade considerando o período noturno e suas especificidades? Por quê?” (EXTRATO DO QUESTIONÁRIO, 2023) apresentaram-se argumentos diversos, a maioria em negativa, de modo que todos são passíveis de serem visualizados na seguinte colocação

Acho muito pouco, pois podem existir mães sem nenhuma rede de apoio que precisem contratar alguém para ficar com seus filhos, e esse valor não é compatível. Fora que esse valor por ser pouco, obriga as mães a contribuir com apenas um custeio, seja creche, seja alimentação da criança. Mas é melhor do que não receber nada... (M7, 2023)

Assim, ao conhecer a dinâmica de cuidados necessários e de gastos efetivos as mães apontam o auxílio enquanto importante, mas insuficiente frente à demanda requerida também pelo período noturno. O que encaminha a refletir até que ponto de fato o auxílio se constitui em política de permanência, dada a insuficiência em valor e quantidade abarcadas pelo mesmo. Entretanto, evidencia-se aqui a importância da rede de apoio, bem como a relevância dos auxílios financeiros apresentados pela universidade, o que também considera, apesar de não terem sido destacadas, as bolsas de pesquisa e extensão de forma a contribuir diante das demandas tanto universitárias quanto maternas por parte das estudantes.

Na proposição: “Pensa as políticas de acesso e permanência voltadas para as Mulheres-Mães-Universitárias efetivas e suficientes? Justifique.” (EXTRATO DO QUESTIONÁRIO,

2023). Apenas a M11 afirmou que sim, no entanto não explicou o seu posicionamento, em contrapartida a M1 afirma não as conhecer, enquanto por sua vez a M3 destaca “Não, porque o alcance é muito limitado, o que o torna insuficiente” (M3, 2023), na mesma linha M4 diz “Não. Se fossem suficientes, não existiriam tantas mães que abandonam o curso porque não tem com quem deixar o filho ou não tem como pagar a alguém para que fique com ele, por exemplo.” (M4, 2023).

Embora a maioria das mulheres mães tenha indicado a importância, mas realçado o pequeno valor, a participante M5 destaca algo que deve ser considerado e observado, conforme podemos verificar na sua resposta quando diz:

Não, algumas pessoas não sabem que existem essas políticas e as que sabem muitas perdem o prazo por falta de divulgação. Então, uma coisa que poderia de uma certa forma ajudar as mães estudantes, acaba não atendendo todo o público por falta de conhecimento. (M5, 2023).

Neste mesmo contexto, temos a fala de M10 que diz “Na UFPE não existem muitas políticas voltadas para mulheres-mães fazendo com que muitas vezes, elas acabem ficando sobrecarregadas e desanimadas com a vida acadêmica, e acabem até desistindo do curso, ou precisando trancar”. Nesta fala, temos duas ideias: a primeira é que não fica claro se a M10 tem conhecimento de fato das políticas existentes e as acha insuficientes. A segunda, é que mesmo não tendo conhecimento das políticas, coloca suas vivências e percepções sobre os tempos de dedicação requeridos pelo papel de mãe e estudante concomitantemente, pois é capaz de explicar a sobrecarga, o desânimo, a desistência ou trancamento do curso como resultados dessa dinâmica entre os papéis.

A M9, M12 e M14 remetem em suas falas à necessidade de um espaço voltado às crianças: “Não. Precisamos de creches na universidade com garantia de vagas para todas as mães universitárias e qualidade nos cuidados ofertados às crianças. ” (M9, 2023); “Creche na universidade, aulas onde se produza preferencialmente na sala e não em casa, melhoria nos valores do auxílio para oportunizar abrir mão de um trabalho para dedicar-se à formação universitária.” (M12, 2023), “Não, porque deveria ter um local que pudéssemos deixar nossos filhos na universidade enquanto estivermos estudando.” (M14, 2023), tais levantamentos sugerem que a questão da assistência ultrapassa os âmbitos financeiros e requerem buscas de novas soluções.

Na questão 23 do questionário, se retomaram narrativas que tem esse horizonte destacado, onde a M4 destaca “Sim. Disponibilizar um espaço na UFPE, onde teriam

profissionais especializados para cuidar dos filhos dessas mães, no momento em que estão tendo aula.” (M4, 2023), na mesma linha, a M13 sugere “Acho que a própria universidade deveria dispor de um espaço com dimensão educativa para os filhos enquanto as mães assistissem às aulas. Poderia até ser parte de um projeto de extensão da graduação.” (M13, 2023) e a M14 complementa “Poderia existir um local na universidade onde mães que não tivessem onde deixar seus filhos enquanto estudam e este mesmo local servisse como laboratório, já que, a universidade tem um curso de pedagogia.” (M14, 2023).

É muito importante a reivindicação das mães pelas creches na universidade. No entanto, é preciso destacar que a creche nas falas das mães não é requerida dentro de uma política educacional para as crianças de 0 a 3 anos, que envolve dois elementos essenciais constituintes nas instituições atuais, que se referem ao cuidar e ao educar em uma relação de interdependência. As falas tendem a localizar a creche em uma condição restrita quando se limita a evidenciar especificamente a dimensão do cuidar no sentido de alimentar, “ para deixar os filhos”, descansar etc. Desse modo, a creche passa despercebida enquanto espaço-tempo que agrega um sentido educativo e um sentido do cuidar, orientado para a ampliação do universo cultural das crianças, no que tange ao seu direito e à defesa da infância. Quando essas dimensões são vistas de forma reduzida, a creche passa a ser vista somente como um momento de passagem, sem se atentar para o fato de que quando concebemos a creche enquanto um direito das crianças não nos referimos a um espaço de amparo. Dessa forma, pensar a criação de creches na universidade pode ser um movimento interessante, desde que venha alinhado com os projetos das Unidades de Educação Infantil, existente hoje em algumas universidades, voltadas ao atendimento diurno das crianças em idade de creche e de pré-escola. Ou seja, é preciso garantir às crianças o acesso à universidade, com base nas diretrizes para instituições voltadas à oferta da educação infantil. Pensar o sentido das Unidades de Educação Infantil hoje no âmbito das Universidades pode ser um caminho importante para atender às crianças diurnamente, envolvendo crianças de estudantes mães, comunidade acadêmica e crianças do entorno da universidade, promovendo políticas educacionais de qualidade. Isso porque

Pensar o espaço da creche, a forma como ele se torna lugar socialmente construído pelas crianças e adultos que o habitam, exige que incluamos as crianças, que consideremos suas manifestações e expressões e seus pontos de vista, concebendo-as como seres sociais plenos, com especificidades próprias desta etapa da vida. (AGOSTINHO, 2003, p. 5)

Desse modo, as considerações e adequações referentes ao período noturno vão a níveis que ultrapassam o ambiente universitário, indo para o âmbito social a nível macro, uma vez que

esse pode agir frente à seus construtos histórico-culturais tomando consciência das implicações destes e encaminhando a contemplação dos direitos já homologados também às crianças e às mulheres.

Em outro horizonte a M6 coloca

Acredito que dependendo da situação sim, como se o empecilho fosse financeiro, já na minha não ajudaria tanto, porque eu não estaria presente em nenhum momento do dia para o meu filho, sairia para o trabalho e ele estaria dormindo e chegaria da faculdade ele estaria dormindo e como eu não tenho transporte eu não teria como voltar pra casa nesse meio tempo, então para mim não teria dinheiro no mundo que comprasse tempo de qualidade com minha criança. (M6, 2023)

Elencando a importância que dá a participação e presença efetiva na vida do filho, que de fato é elemento indispensável ao se tratar a nuance da maternidade tanto para a criança, quanto para a mãe. Dada a dinâmica da vida correspondente muitas vezes às necessidades financeiras temos nosso tempo tomado para outras questões, perfazendo-nos diante de um cenário de escolhas difíceis, exaustão mental, emocional e física, os tempos de ligação familiar se fazem raros e inestimáveis e torna-se difícil para nós pensarmos em como conciliar esses tempos e espaços diferentes e complementares entre si. Diante desse parecer colocou-se a questão: “Há algo que você considera que possa ser feito para auxiliar melhor as estudantes mães nos atos de conciliação entre maternidade-universidade de acordo com sua vivência? O que seria?” (EXTRATO DO QUESTIONÁRIO, 2023)

A M1 responde “A possibilidade de trocar a modalidade do curso para EAD (Ensino a Distância - Grifos da autora) e depois retornar para o presencial, pois a locomoção e a permanência na turma sem local adequado para deixar o bebê dificulta o aprendizado, a concentração e execução de certas atividades” (M1, 2023). Nessa mesma linha M6 coloca “Talvez aulas EAD quando a mãe não conseguisse ir presencialmente, e talvez um berçário com cuidadoras treinadas para caso a mãe precise levar o bebê para o campus.” (M6, 2023). Isso sugere refletir sobre a dificuldade encontrada por essas mães frente a sua graduação e idades de seus filhos/as, percebendo o ensino remoto enquanto possibilitador frente a junção entre o ambiente acadêmico e o domiciliar, mesmo que reflita em uma jornada extensiva ocasionando em uma sensação de infinitude que muitas vezes se reflete em exaustão constante, conforme apontam Moraes e Zaidan (2021 apud ASSUNÇÃO, 2021, p. 51). Mas também requer pensar sobre o regimento da Universidade Federal de Pernambuco - CAA que prevê cursos em modalidade presencial, além de ser importante salientar que esse registro da EaD foi

identificado apenas em duas falas de participantes. Não se pode dizer, portanto, que ele reflete um interesse comum entre as estudantes mães.

É preciso destacar, ainda, que o ensino remoto, recentemente vivenciado nas universidades, foi implementado em virtude da pandemia gerada pelo COVID-19, o que não significa que as práticas educativas podiam, após o término da pandemia, continuar a distância. “Com efeito, para os discursos mais conservadores e regressivos, a pandemia poderia ser uma oportunidade propícia para distanciar de vez a educação” (KOHAN, 2020. P, 4). Ou seja, é importante destacar que, embora o vírus tenha decretado o fechamento do ensino presencial temporariamente, isso não significou a mudança para educação a distância a qualquer momento e ainda a troca do espaço da universidade por sistemas tecnológicos. Não significa que a formação não possa fazer uso das tecnologias, mas precisa ficar claro que a EaD é um projeto formativo específico no âmbito da universidade.

Desta feita, apesar dos desafios colocados pelas estudantes mães, precisamos pensar no valor significativo e no sentido da experiência formativa que a universidade nos possibilita, por ser um ambiente separado e diferente da casa e de outras instituições sociais. Deste modo, oportuna-se aos que nela adentram a possibilidade de pensar, aprender e, partindo da referência de Kohan à escola colocar o mundo em [...] “questão, entendê-lo, problematizá-lo e, quem sabe, imaginar e viver outros mundos” (KOHAN, 2020, p. 6).

Concomitantemente cabe pensar no prolongamento da possibilidade de acompanhamento especial de modo a ser mais uma ferramenta de garantia de permanência em situações como esta nos campus universitários. Conforme aponta M10 “Além de auxílio financeiro, suporte psicológico e necessidade de acompanhamento especial (como poder fazer provas em casa, ter direito a segunda chamada em provas sem apresentar atestado, e ter um limite maior de faltas), caso o filho enfrente alguma enfermidade ou seja portador condição especial.” (M10, 2023). No entanto, esse tipo de acompanhamento, no que se refere às mães só atenderá “Art. 7º A estudante em estado de gestação poderá requerer o benefício a partir do 8º mês de gravidez e durante 3 (três) meses, salvo nos casos comprovados de problemas na gestação, que justifiquem a antecipação do afastamento.” (UFPE, 2014).

Diante destes relatos se percebe uma maior necessidade de divulgação dos aparatos da Universidade como a existência dos atendimentos psicológicos, por exemplo, que devem ser renovados constantemente, dado a dinâmica de entrada/retorno das/os estudantes.

Em relação ao acolhimento se tem “Mais empatia dos professores e coordenação do grupo.” (M2, 2023), “Uma maior solidariedade dos professores para esse público. Porque tenho muita dificuldade de realizar os trabalhos ao mesmo tempo que cuido da bebê. Então, uma

compreensão por entregar trabalhos atrasados por essa justificativa já seria ótimo.” (M5, 2023), “Sim, uma compreensão a mais dos professores para as mães que precisam faltar pra ficar com seus filhos quando eles estão doentes.” (M8, 2023) e ainda, “Além de aumentar o valor da bolsa, é extremamente necessário que a universidade construa um espaço para abrigar as crianças, para as mães poderem amamentar e trocar fraldas. Além de reuniões de conscientização do corpo docente para trazer um olhar diferenciado para as alunas-mães” (M7, 2023)

Nota-se que uma maior atenção por parte do corpo docente é fator preponderante nas respostas, o que sugere pensar sobre a percepção dos mesmos acerca da dimensão maternidade-universidade e seus desdobramentos, assim cabe refletir sobre os impactos ofertados por esse entendimento ou falta dele na trajetória formativa destas mulheres. Onde às demandas requeridas pela graduação, a resposta a ser dada frente ao plano de ensino, cronograma e planejamento das aulas, podem ser fatores que corroboram para a falta de acume percebido pelas discentes por parte dos docentes.

Considerando suas colocações, vê-se que, uma estrutura mais dialogada frente às especificidades e subjetividades dessas mulheres que ocupam o ambiente acadêmico, mas que sobretudo são mães, não sugere isenção em atividades ou avaliações, mas uma compreensão dada a dinâmica de vida destas, onde, o que se busca tratar é que essas Mulheres-Mães pertencem à universidade e contam com uma formação significativa e de qualidade em suas vidas.

Isso equivale a saber da dinâmica de vida perpassada por necessidades, vontades, expectativas e sentimentos resultados da trajetória de cada uma dessas Mulheres-Estudantes-Mães e dos objetivos que abarcam o ambiente acadêmico, de modo que ao mesmo passo que sua presença nele abarcam constituições feitas fora dele, suas vivências neste implicam em outras dimensões na vida delas por apresentar possibilidades ou negativas frente ao futuro.

Em outra perspectiva, algumas mães colocam “Aumentar o acesso a tais políticas públicas já seria um bom começo.” (M3, 2023), “Desburocratização no acesso aos programas de assistência que a universidade oferta”. (M9, 2023), o que pode dizer respeito tanto da limitação de recursos da própria universidade (o que vem a tratar de questões políticas de destinação de recursos e seu uso em cada unidade), quanto das etapas, critérios, requerimentos e tempo demandado para a obtenção desses aparatos pelos/as estudantes. Sendo ambos aspectos passíveis de justificativa dada a necessidade de prestação de contas aos poderes públicos sobre o direcionamento das divíncias às universidades federais, o que compreende os programas e auxílios, mas onde estes se fazem suscetíveis a ampliações e modificações dadas as necessidades do público ao qual visam atender.

A esse respeito, tem-se a refletir que mesmo que não haja ainda correspondência em totalidade às pessoas que necessitam desses recursos, há que se reconhecer a importância da existência dessas políticas, advindas da criação e ampliação dos próprios espaços de formação acadêmica que se convertem em materialização de direitos e se alinham no sentido de contribuir para a consolidação do acesso e permanência nas universidades que agora se ocupam no atendimento a uma maior parcela da sociedade dada o processo/política de interiorização.

Assim, no que diz respeito à análise dos apontamentos das mulheres para a melhoria ao acesso e permanência das mesmas no que concerne à conciliação entre maternidade-universidade, referente ao terceiro objetivo específico, obteve-se seus direcionamentos voltados à ampliação das políticas públicas e sua desburocratização, em paralelo à maior compreensão docente e percepção em necessidade de um espaço capaz de acolher seus filhos durante sua presença na universidade.

Entretanto, um trabalho relevante e que pode apontar alguns caminhos às Mulheres-Estudantes-Mães da Universidade Federal de Pernambuco - CAA, consiste no elaborado por Oliveira e Souza (2020), pois explanam um Coletivo de Mães da Universidade Federal Fluminense (UFF), que trata de uma

Associação de mães alunas da universidade, que busca encontrar soluções efetivas que viabilizem o retorno e permanência de mães estudantes à na universidade, através da formação de uma rede de apoio mútuo entre as integrantes que as auxiliem nos desafios enfrentados para conciliar a maternidade e os estudos (em alguns casos, também trabalho), para terminarem seus respectivos cursos e, finalmente, prosseguirem na vida profissional. (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 1770).

Isso dada a percepção aludida de que muitas mulheres requerem mais tempo do que outras para concluir a graduação devido a dimensão da maternidade, o que pode, conforme visto, levar ao abandono do curso. Assim, as autoras (idem) elencam que, em âmbito nacional vêm se formando coletivos de mães universitárias, buscando construir uma rede de apoio mútuo e reivindicar políticas públicas voltadas para o apoio e permanência das mães-estudantes. (OLIVEIRA; SOUZA, 2020) Onde, “as demandas de cada coletivo podem variar em cada relativamente aos demais, de acordo com a necessidade das alunas, o perfil da instituição e de já haver, ou não, políticas instituídas em benefício das mães.” (OLIVEIRA; SOUZA, 2020 p.1776-1777)

No que concerne a medidas institucionais buscadas se apresentam “a existência de um espaço que acolha seus filhos (Ludoteca) enquanto elas estiverem em atividades acadêmicas, permissão de acesso livre e alimentação das mães alunas e seus filhos ao

Restaurante Universitário (“bandejão”), combate ao assédio moral, dentre outros.” (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 1770)

De modo que

tais coletivos trazem à tona, por um lado, o questionamento de se o cuidado dos filhos deve se ater realmente ao ambiente doméstico (e, em específico, à mulher), a partir do momento em que elas passam a atuar, cada vez mais, em atividades no âmbito público e, por outro, atentam para o fato de que, ainda que seja uma realidade imposta às mães, deve a sociedade garantir efetivamente, através do estabelecimento de políticas públicas, soluções para que as mães desempenhem os diversos papéis sociais que surgem. (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 1777)

Tal movimento indica que essa questão ultrapassa o âmbito do Campus Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, havendo busca de soluções e rompimento desses construtos em outros espaços educacionais pelo Brasil, serve então enquanto fortalecimento do debate sobre as questões aqui levantadas e contribui em movimento para a percepção de Mulheres-Mães nesses espaços e necessidade de pensar e garantir seus direitos, bem como os de seus/suas filhos/as.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Na tentativa de dar a pensar e problematizar o processo formativo, desafios e alcances das Mulheres-Estudantes-Mães participantes desse estudo no âmbito da universidade pública – CAA não somente nos centramos nos objetivos previstos para realização desse estudo, como também nesse exercício, por vezes objetivo, ora intempestivo e às vezes entranhado com a nossa própria vida, onde conjuntamente guiados a partir dos dizeres e vozes das nossas participantes, acabamos por trazer à tona [...] o transfigurar a vida, expandindo e deslocando fluxo de pensamento, em uma produção existencial e coletiva”(LINHARES, 2016, p.7)

Desta forma, foi-se pontuando através da escrita diversas implicações no que concerne às três dimensões em relação, abordadas no presente trabalho: a de Mulher, Mãe e Estudante. Em resposta ao objetivo geral que se propunha a desvelar aspectos significativos elencados pelas estudantes mães dos cursos noturnos da UFPE a respeito do entrelace entre a maternidade e a universidade considerando as assistências a elas direcionadas, tem-se a dizer das considerações acerca da constituição sócio-histórica que as coloca enquanto sujeito primário a respostas de demandas nos cuidados com os filhos e do lar, bem como das relevâncias dos quesitos financeiros, de distância, de tempo, de reivindicação de espaço para as crianças, de percepção sobre as diferentes realidades que perpassam o contexto acadêmico, mas se unem frente a busca em resposta aos papéis sociais de mãe e de estudante. Dito de outra forma, a constituição dessas realidades é fruto de eventos históricos e culturais e estabelecimentos legais nos mais diversos âmbitos (familiar, social, laborativo, de direito, etc.) e com elas advém papéis a serem desempenhados pelos sujeitos sociais. A desigualdade iminente frente às questões como da maternidade, cuidado de si, responsabilidade com o lar e possibilidade de formação requerem percepção, questionamentos e reflexões a fim de possibilitar os primeiros passos à uma transformação social mais justa e compreensiva.

Outras dimensões constituintes do contexto maternidade-universidade que foram abarcados se referem as implicações emocionais, atenção à perspectiva do cuidado de si, da dimensão da saúde, da participação paterna na vida dos/as filhos/as, ademais, as concepções de criança/infância, e os marcos legais que orientam e regulam tais extensões. A presença e consideração das mulheres mães, crianças e infâncias frente a essa dinâmica são inícios de uma longa conversa que pode se aprofundar mais ou menos em cada aspecto, sem no entanto, jamais poder ignorá-los para não correr o risco de incompreensão ou incompletude do processo. Por conseguinte, a complexidade ao se tratar dessas questões demandam envolvimento e esforço.

Diante desse estudo, os apontamentos a necessidade de conscientização docente à respeito do ser mãe nesta sociedade e ser estudante universitária tendo somadas suas implicações, ao lado da falta de um espaço de acolhimento, como fraldário e sala de amamentação, na Universidade Federal de Pernambuco - CAA, foram aspectos destacados.

Pensamos que por estarmos tão imersos em nossas próprias vidas e responsabilidades há coisas que não conseguimos ver na vida dos que nos cercam e por isso há questões a serem pensadas. Trata-se de pensar caminhos e garantir direitos, oportunidades e condições iguais entre os sujeitos ocupantes das universidades e da sociedade como um todo e para isso, havemos de nos sentar de igual para igual, desacomodar-nos, deixar-nos provocar e inquietar. Aqui, a consideração dos três aspectos elencados: a Criança; a Mulher; a Universidade, sugerem uma revisão na postura de pesquisadores, professores, familiares, e sociedade em geral para compreender estes lugares e vivências e resguardá-los enquanto detentores e produtores de direitos inclusive no espaço universitário.

Tentamos, neste espaço, ampliar possibilidades para pensar questões, que também tomamos como educativas, no atravessar da vida e das vivências das Mulheres-Mães-Estudantes, e que no percurso dessa escrita e pesquisa foram apresentadas enquanto elementos que constituem as suas travessias entrelaçando vida pessoal, familiar e acadêmica. Consideremos: O trabalho de uma mãe parece muito para uma pessoa, porque não é para apenas uma pessoa. Que saibamos reconhecer e agir sobre isso.

Por fim, quem sabe, um (re)começo, diante desse e de outros registros que exprimem um desejo de reiterar duas dentre as questões que estiveram mobilizando essa pesquisa: a importância de defender a educação pública, gratuita e de qualidade como um direito para TODAS/OS. E o registro/reconhecimento, tendo em vista o campo de estudo da presente pesquisa, da importância da interiorização das universidades públicas e com elas as políticas de assistência estudantil que, apesar de não atender a totalidade, de certo contribuem e pretendem acompanhar as transformações sociais em sentido de acesso e desenvolvimento, atuando e assistindo muitas trajetórias, inclusive a das Mulheres-Estudantes-Mães que conseguiram/conseguem ocupar esses espaços, possibilitando um presente e futuro mais abrangentes para elas.

REFERÊNCIAS

- Agência Senado. **CDH aprova obrigatoriedade de banheiro familiar e fraldário em estabelecimentos coletivos**. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/15/cdh-aprova-obrigatoriedade-de-banheiro-familiar-e-fraldario-em-estabelecimentos-coletivos>. Acesso em: 24/004/2023
- AGOSTINHO, Kátia Adair et al. **O espaço da creche: que lugar é este?**. 2003.
- AQUINO, Estela ML. Gênero e ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. **BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Encontro nacional pensando gênero e ciência: núcleos e grupos de pesquisas**. Brasília, p. 11-18, 2006.
- ASSUNÇÃO, Maria Leylane Morais de. **O poder de persistência de mulheres-mães-universitárias no cursar Pedagogia na UFPE-CAA: como flores de cacto em meio à seca a desabrochar**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo/ Content Analysis**. São Paulo; Edições 70; 2011.
- BENEDITO, Fabiana de Oliveira. Intrusas: uma reflexão sobre mulheres e meninas na ciência. **Ciência e Cultura**, v. 71, n. 2, p. 06-09, 2019.
- BITENCOURT, Silvana Maria. A maternidade para um cuidado de si: desafios para a construção da equidade de gênero. **Estudos de Sociologia**, v. 24, n. 47, 2019.
- BITENCOURT, Silvana Maria. **Cuidar ou ser cuidada?** Os dilemas e os efeitos da maternidade em uma universidade brasileira. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. Anais [...]. Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 21/02/2023
- BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo. In: CARVALHO, Alysson Massote (org.). **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- CABRAL, Francisco; DÍAZ, Margarita. Relações de gênero. **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, p. 142-150, 1998.
- Camãra dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7.187 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. LIMA, Pedro Cunha. 2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=585144620F29C

[F029F521E4275DC4E4E.proposicoesWebExterno2?codteor=1543757&filename=Avulso+-PL+7187/2017](https://www.cambridge.org/core/terms/F029F521E4275DC4E4E.proposicoesWebExterno2?codteor=1543757&filename=Avulso+-PL+7187/2017) Acesso em 02/03/2023

COELHO, Paulo. **O Alquimista**. 154. ed. Rio de Janeiro: ROCCO LTDA. 1999.

COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, p. 221-244, 2020.

CURY, C. R. J. **Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo. v. 35, n. 124, p. 11-32, jan. / abr., 2005

_____. Decreto-lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 jul. 2010.

DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.

DE OLIVEIRA URPIA, Ana Maria; SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade-vida universitária. **Revista Recôncavos**, v. 2, n. 4, p. 30-43, 2009..

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

DIAS, Marly de Jesus Sá; SOARES, Brenda Vanessa Pereira. Assistência Estudantil X Creches nas Universidades Públicas: desafios para mães-estudantes. **Revista Educação e Emancipação**, p. 50-74, 2019.

DILL, Michele Amaral; CALDERAN, Thanabi Bellenzier. **A importância do papel dos pais no desenvolvimento dos filhos e a responsabilidade civil por abandono**. 2011.

DONINI, Marcela. **Culpa materna: como lidar com o sentimento tão comum entre as mães**. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/maternidade/noticia/2019/12/culpa-materna-como-lidar-com-o-sentimento-tao-comum-entre-as-maes-ck3hrt7jd00g301llrt8dbv0a.html>. Acesso em: 24/04/2023

DURKHEIM, Émile. **Regras do Método Sociológico**. Tradução: Paulo Neves - 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 2-3.

FÉLIX, Rosana. **Promessa nas eleições, creches noturnas não são recomendadas por educadores**. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/promessa-nas-eleicoes-creches-noturnas-nao-sao-recomendadas-por-educadores-exq7st4aq6xm4xpqhhttpdnpw/>. Acesso em: 20/03/2023

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não. **Cartas a quem ousa ensinar**, v. 10, p. 27, 1997.

Acesso em: 29/04/2023

RAUPP, Marilena Dandolini. Creches nas universidades federais: questões, dilemas e perspectivas. **Educação & Sociedade**, v. 25, p. 197-217, 2004.

REIS, Stefani Angeles Souza. **Ser mãe na universidade**: uma análise da percepção de alunas gestantes e nutrizes acerca das políticas de assistência social de uma IFES. 2017.

RESENDE, Marilúcia Antônia de; MACHADO, Ilze Maria Coelho. **Educação Infantil no Período Noturno**: A prática pedagógica em contexto de vulnerabilidade social. 2012.

UFPE. **RESOLUÇÃO Nº 06/2014**. 2014. Disponível em: [/https://www.ufpe.br/documents/39134/0/Res+n%C2%BA+06-2014+-+Acompanhamento+Especial.pdf/bd7d3e7a-74b8-4d0a-af76-5475fc57580c](https://www.ufpe.br/documents/39134/0/Res+n%C2%BA+06-2014+-+Acompanhamento+Especial.pdf/bd7d3e7a-74b8-4d0a-af76-5475fc57580c). Acesso em: 24/04/2023

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **Ex Aequo, Lisboa**, v. 33, p. 149-161, 2016.

SILVA, Isilia Aparecida. A vivência de amamentar para trabalhadoras e estudantes de uma universidade pública. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 58, p. 641-646, 2005.

SILVEIRA, M. M. da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. Dissertação de mestrado em Política Social, Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2012.

SKLIAR, Carlos. **La infancia, la niñez, las interrupciones**. *Childhood & Philosophy*, v. 8, n. 15, p. 67-81, 2012.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, p. 123-139, 2016.

STEVENS, Cristina Maria Teixeira, coord. **Maternidade e Feminismo**: Diálogos Interdisciplinares. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

TEODORO, Deliane Nascimento et al. **CRECHE EM PAUTA: QUAL O PAPEL DA CRECHE SEGUNDO ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE?** 2020.

TRINDADE, Luana Ribeiro da. As estratégias de resistência e enfrentamentos: desdobramentos na consolidação dos Coletivos de Estudantes Negros (as) nas universidades brasileiras. **Plural**, v. 29, n. 01, p. 80-100, 2022.

Universidade Federal do Maranhão. TV UFMA Notícias. **Abandono paterno é a regra no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/tvufma/noticias/abandono-paterno-e-a-regra-no-brasil#:~:text=O%20abandono%20paterno%20%C3%A9%20uma,m%C3%A3es%20nas%20certid%C3%B5es%20de%20nascimento..> Acesso em 20/04/2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Edital para assistência estudantil 2022.1 Bolsas Nível**. 2022. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/18F_f3F-Iwu7D8XOAPckoe1BbPwNwwKq/view. Acesso em 24/04/2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **RESOLUÇÃO Nº 15/2019**. 2019. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/398575/2067825/Res+2019+15+CEPE+%28Pol%C3%ADtica+de+Assist%C3%A2ncia+Estudantil+da+UFPE%29.pdf/aae0bc13-e6b0-4c75-8755-f83303beac64>. Acesso em 05/05/2023

VIANA, Catherine Alessa Maria de Novaes. **Educação e maternidade**: minha experiência como estudante-mãe no curso de Pedagogia na Universidade de Brasília. 2016.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO GOOGLE FORMS



Questionário de Pesquisa TCC: *A TRAVESSIA DAS MULHERES-MÃES-ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO*

Através desse questionário, busca-se traçar o perfil das mulheres-mães-estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e entender suas dificuldades no que concerne a conciliação em espaço e tempo entre maternidade e universidade, buscando averiguar se apresentam desvantagens no quesito de possibilidades de aprendizagem, pela inviabilidade em desenvolvimento de atividades, ou de maior dedicação as questões universitárias, e até mesmo em sua presença no espaço acadêmico nas horas-aula devido ao horário noturno em que os cursos se dispõem. Ademais, busca-se desvelar aspectos significativos elencados pelas estudantes mães dos cursos noturnos da UFPE a respeito das assistências a elas direcionadas.

- O título da pesquisa ainda é passível de modificação;
- O nome das participantes não será revelado no corpo da pesquisa;
- As respostas serão coletadas da presente data 24/03/2023 até 31/03/2023.

Perfil:

Nome:

Sua resposta

E-mail:

Sua resposta

Idade: *

Sua resposta

Estado Civil: *

- ☐ Solteira
- ☐ Casada
- ☐ Em união estável
- ☐ Divorciada
- ☐ Separada
- ☐ Viúva

Se considera: *

- ☐ Preta
- ☐ Branca
- ☐ Amarela
- ☐ Parda
- ☐ Indígena
- ☐ Outro: _____

Com quem reside? *

Sua resposta

Possui alguma ocupação empregatícia? *

☐ Sim

☐ Não

Estudante de qual graduação? *

Sua resposta

Ano de ingresso na universidade: *

Sua resposta

Quantidade de filhos: *

Sua resposta

Idade do(s) filho(s): *

Sua resposta

Dificuldades que enfrenta no dia a dia para conciliar a maternidade e a Universidade

Houve alguma dificuldade para ingressar na universidade, tal como tempo, distância, questões financeiras, demandas familiares que envolvam o cuidado com filho(s) ou outras?

*

Sua resposta

Possui rede de apoio? Onde ou com quem seu(s) filho(s) fica(m) enquanto você está na universidade?

*

Sua resposta

Em algum momento você precisou levar seu filho/a para a Universidade? Se sim, poderia relatar a experiência e traçar suas considerações a respeito desse momento?

*

Sua resposta

Caso seja mãe solteira, conta com algum tipo de auxílio (financeiro) do pai da criança?

*

Sua resposta

Você considera o pai da criança presente e participante ativo na vida dele(a)? Por quê?

*

Sua resposta

Enfrentou dificuldades para a permanência na graduação? Se sim, quais?

*

Sua resposta

Para além das aulas você exerceu outras atividades acadêmicas tais como projetos de extensão, ou monitoria de disciplinas? *

☐ Sim

☐ Não

O ser mãe dificultou sua trajetória educativa/formativa? Complicou ou impediu sua participação em atividades acadêmicas ou projetos que você julgava importante para sua formação? Conte sobre. *

Sua resposta

Dedica momentos para o cuidado de si? Se sim, quais?

Sua resposta

Análise e apontamentos sobre as assistências ao acesso e permanência no que concerne à conciliação entre maternidade-universidade

Recebe auxílio creche ou usufrui alguma política de acesso e/ou permanência dirigida para as mulheres mães? Se sim, qual?

*

Sua resposta

Considera o valor do auxílio creche (R\$ 350,00) suficiente enquanto política de permanência na Universidade considerando o período noturno e suas especificidades? Por quê?

*

Sua resposta

Pensa as políticas de acesso e permanência voltadas para as mulheres-mães-universitárias efetivas e suficientes? Justifique.

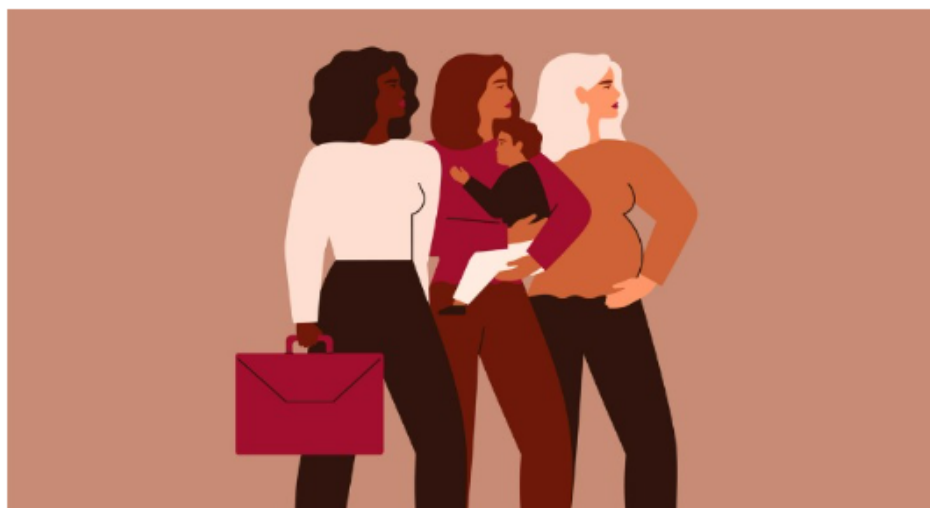
*

Sua resposta

Há algo que você considera que possa ser feito para auxiliar melhor as estudantes mães nos atos de conciliação entre maternidade-universidade de acordo com sua vivência? O que seria?

Sua resposta

Agradeço fortemente as suas contribuições e desejo plenitude e progresso enquanto mulher, estudante e mãe. Que esse movimento de pesquisa somado a outros possam abrir portas para pensar políticas públicas e efetivá-las visando cada vez mais o estreitamento entre legislação e realidade respondendo a necessidades dos sujeitos sociais criados e criadores de cultura e, porquanto, sujeitos ao conhecimento e desenvolvimento. E se assim for, obrigada por fazer parte dessa História.



**APÊNDICE B: GRELHA DE DADOS COM AS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO
PELO GOOGLE FORMS**

1- Nome	M1	M2	M3	M4
2- Idade	20	21	21	23
3- Estado civil	Em união estável	Solteira	Casada	Em união estável
4- Raça	Parda	Branca	Preta	Branca
5- Com quem reside?	Mãe, pai, irmãos e filho	Mãe e filho	Cônjuge e filho	Cônjuge e filhos
6- Possui alguma ocupação empregatícia?	Não	Sim	Sim	Sim
7- Graduação:	Design	Pedagogia	Pedagogia	Licenciatura em Matemática
8- Ano de ingresso na universidade:	2022	2021	2021	2019
9- Quantidade de filhos:	1	1	1	1
10- Idade do(s) filho(s)	6 meses	3 anos	1 ano e 4 meses	8 meses
11- Houve alguma dificuldade para ingressar na universidade, tal como tempo, distância, questões financeiras, demandas familiares que envolvam o cuidado com filho(s) ou outras?	Sim, inúmeras	Sim	Não, quando ingressei eu estava grávida mas por conta da pandemia meu primeiro período foi totalmente remoto.	Quando ingressei na universidade ainda não tinha a minha filha. Engravidei no final de 2021 quando ainda estávamos com aulas remotas e tive neném em 2022, no período que as aulas presenciais voltaram. A maior dificuldade foi ter que deixar a minha filha em casa pra ir à universidade, pois eu não cogitei em momento nenhum trancar ou desistir do curso, visto que já estava no 7º

				período e não queria atrasar.
12-Possui rede de apoio? Onde ou com quem seu(s) filho(s) fica(m) enquanto você está na universidade?	Não, levo minha bebê comigo para a universidade.	Sim	Não possuo rede de apoio. Minha filha fica com o pai em casa	Sim, minha mãe.
13- Em algum momento você precisou levar seu filho/a para a Universidade? Se sim, poderia relatar a experiência e traçar suas considerações a respeito desse momento?	Extremamente difícil, ela está em amamentação e não aceitou bicos artificiais, as vezes chora ou faz barulhos que atrapalham a concentração na aula, fora o peso do material escolar e das coisas de higiene pessoal dela e minhas.	Não	Ainda não precisei.	Não
14-Caso seja mãe solteira, conta com algum tipo de auxílio (financeiro) do pai da criança?	Ele me ajuda com o que pode quando recebe bolsa da faculdade dele	Sim	Não sou mãe solo.	Não sou mãe solteira.
15-Você considera o pai da criança presente e participante ativo na vida dele(a)? Por quê?	Sim, sempre que pode ele nos visita, ajuda a cuidar dela como na troca de fraldas ou colocá-la para dormir	Sim, está presente em quase todos os momentos	Sim totalmente, diria que atualmente é até mais do que eu.	Presente, sim. Ativo, não. Ele não tem paciência de ficar com ela até a hora que ela vai dormir, por volta de 1:00 da manhã; ela gosta de brincar, já ele prefere que ela fique deitada com ele na cama, assistindo.
16-Enfrentou dificuldades para a permanência na	O fato de levar um bebê tão pequeno dificulta a concentração e	Sim, conciliar trabalho, faculdade e maternidade	Sim, as dificuldades que enfrento são em relação a	Sim. Quando me tornei mãe, adquiri sem querer um sentimento de

graduação? Se sim, quais?	execução de trabalhos manuais, pois não há onde eu possa deixá-la durante a execução		distância, pois não moro em Caruaru então é acrescentado mais tempo fora de casa nessa ida e volta, a parte financeira também representa uma dificuldade pois minha condição financeira não me permite escolher não trabalhar e ter mais tempo com a minha filha e mais tempo para me dedicar aos estudos, trabalho o dia todo e de noite vou para universidade não sobra tempo para mais nada, o que acaba sobre carregando meu esposo que fica com a tarefa de trabalhar em casa(ele é barbeiro), cuidar do nosso lar e da nossa bebê em tempo integral.	culpa sempre que fazia algo por mim. Então, ficava com a consciência pesada quando deixava a minha filha pra ir à universidade; quando pensava em estudar eu sentia que estava deixando de aproveitar o tempo com ela pra ir fazer algo pra mim. Nos primeiros meses esses sentimentos se fizeram mais presentes, mas, hoje em dia, eu lido melhor com eles e consigo entender que, antes de ser mãe, eu sou mulher e também preciso investir em mim.
17- Para além das aulas você exerceu outras atividades acadêmicas tais como projetos de	Não	Não	Não	Sim

extensão, ou monitoria de disciplinas?				
18- O ser mãe dificultou sua trajetória educativa/formativa? Complicou ou impediu sua participação em atividades acadêmicas ou projetos que você julgava importante para sua formação? Conte sobre.	Sim, tive que trancar o curso, pois não estava dando conta e estava atrapalhando meus colegas de turma	Sim, não tenho tempo para me dedicar a grupos de pesquisa, eletivas, etc.	Sim. Porque se eu não fosse mãe talvez tivesse mais tempo livre para tais atividades. Já deixei de participar de atividades na parte da manhã e da tarde por não querer/poder ficar longe da minha filha por amamentá-la.	Sim. Sempre fui o tipo de estudante que gostava de me "meter" em tudo mas, após a maternidade, ficou mais complicado participar de eventos educacionais, como congressos, por exemplo. Antes da maternidade eu não precisava pensar em com quem eu iria deixar a minha filha ou quanto eu precisaria pagar a alguém pra ficar com ela e eu participar dos eventos.
19- Dedicar momentos para o cuidado de si? Se sim, quais?	Apenas a hora do banho, depois que ela dorme	Sim, geralmente no fim de semana.	Não	Atualmente, o único tempo que eu consigo dedicar exclusivamente pra mim é quando a minha filha está dormindo. Ela dorme até 12:00 mais ou menos, então eu busco acordar umas 7:00 pra estudar ou fazer algo pra mim.
20- Recebe auxílio creche ou usufrui alguma política de acesso e/ou permanência dirigida para as mulheres mães? Se sim, qual?	Não	Não	Não	Não.

21-Considera o valor do auxílio creche (R\$ 350,00) suficiente enquanto política de permanência na Universidade considerando o período noturno e suas especificidades? Por quê?	Sim, pois, no meu caso, meu maior gasto é com fraldas e roupinhas, e 350 daria para suprir a necessidade mensal	.	Sim. Não é muito mas já é alguma coisa para quem recebe	Não. Muitas vezes a mãe precisa sair do emprego pra cuidar do filho e permanecer na universidade, então acho R\$350,00 pouco pra quem tem as despesas pessoais, principalmente, se também for mãe solteira.
22-Pensa as políticas de acesso e permanência voltadas para as mulheres-mães- universitárias efetivas e suficientes? Justifique.	Não as conheço	.	Não, porquê o alcance é muito limitado, o que o torna insuficiente	Não. Se fossem suficientes, não existiriam tantas mães que abandonam o curso porque não tem com quem deixar o filho ou não tem como pagar a alguém pra que fique com ele, por exemplo.
23-Há algo que você considera que possa ser feito para auxiliar melhor as estudantes mães nos atos de conciliação entre maternidade- universidade de acordo com sua vivência? O que seria?	A possibilidade de trocar a modalidade do curso para EAD e depois retornar para o presencial, pois a locomoção e a permanência na turma sem local adequado para deixar o bebê dificulta o aprendizado, a concentração e execução de certas atividades	Mais empatia dos professores e coordenação do grupo.	Aumentar o acesso a tais políticas públicas já seria um bom começo.	Sim. Disponibilizar um espaço na UFPE, onde teriam profissionais especializados para cuidar dos filhos dessas mães, no momento em que estão tendo aula.

1-	M5	M6	M7	M8
2-	24	24	26	26
3-	Casada	Em união estável	Divorciada	Solteira
4-	Preta	Branca	Branca	Parda
5-	Cônjuge e filha	Cônjuge e filho	Mãe, irmão e filho	Minha mãe, meus filhos e meus irmãos
6-	Sim	Sim	Sim	Não
7-	Pedagogia	Administração	Pedagogia	Pedagogia

8-	2018	2018	2017	2021
9-	1	1	1	2
10-	1 ano e 4 meses	1 ano e 6 meses	9 anos	Sete e onze anos
11-	Sim, a falta de tempo para conciliar casa, trabalho, Universidade e filha foi/é bastante complicado	No ano de entrada não	A distância sempre foi uma dificuldade porque como moro em Gravatá, sempre tive que gastar muito com transporte para meu deslocamento. Como nunca recebi pensão, e não trabalhei grande parte da minha graduação, sempre estive dependendo da minha mãe e da outra avó da criança para arcar com as minhas despesas e do meu filho.	Sim, primeiro a questão financeira e depois a emocional de ficar longe dos meus filhos.
12-	Sim, meu marido e minha mãe	Sim e não	Minha rede de apoio é composta por mulheres, minha mãe, minha irmã e a avó do meu filho. São elas que ficam com ele quando preciso me ausentar para trabalhar e estudar.	Com a minha mãe
13-	Precisei levar algumas vezes. Em uma delas percebeu-se pelo olhar que a professora não gostou muito. Pois constantemente tinha que repetir o que estava dizendo porque minha filha estava "atrapalhando a aula.	Não	Eu precisei levá-lo no dia da matrícula. Pois justamente nesse dia, não tinha com quem ficar. Foi uma loucura sair de Gravatá, para me matricular em Recife, e detalhe, a matrícula era só até 12:00. Ele tinha apenas 4 anos, saímos de casa às 8:00 e chegamos às 11:50 no local da matrícula. Fora essa situação, nunca precisei trazê-lo	Não
14-	Não sou mãe solteira	Não sou solteira, mas conto com	A avó da criança, a mãe do pai, arca com as despesas de	Não, eu sustento os meninos sozinha com a

		ajuda financeira sim.	escola, lanches, roupas. O restante é comigo.	ajuda da minha mãe.
15-	Sim, além de ficar com nossa filha quando preciso ir a Universidade também é presente em atividades corriqueiras do cotidiano	Sim, ele quem passa mais tempo durante o dia por sua vez que trabalha em casa	Ele não é presente. Ele passa um dia com o filho quando tem vontade, que pode ser uma vez por mês, ou uma vez a cada dois meses. Recentemente conversei com ele para buscar nosso filho no treino, à noite, duas vezes por semana. Mas mesmo assim ele sempre se atrasa ou às vezes esquece.	Não.
16-	Falta de tempo para conciliar a maternidade, vida acadêmica e profissional.	Sim, ainda não consegui voltar 100%	Dificuldades financeiras. Sobretudo porque nunca consegui o auxílio estudantil. Tentei várias vezes mas a burocracia dificulta demais o processo	Só a financeira.
17-	Não	Não	Não	Sim
18-	Sim, porque é necessário fazer escolhas entre algumas atividades acadêmicas ou cuidar da minha filha. Até porque minha mãe e meu marido trabalham, então minhas atividades dependem dos horários disponíveis deles.	Sim, desde que me tornei mãe não consegui voltar ainda (curso no momento consta trancado) além de ter ficado com medo de não conseguir ver meu filho durante o dia já que trabalho, ficaria o dia todo fora e também não teria ninguém para que ficasse com ele nessa situação	Sim! Na realidade, como eu estava sempre longe, eu comecei a tirar as disciplinas obrigatórias da sexta-feira e assim conseguir chegar mais cedo e aproveitar mais tempo com ele. Quando ele cresceu mais, comecei a me dedicar mais a fazer as tarefas da escola e estudar para as provas com ele. Isso reduz bastante meu tempo de estudo. E com essa redução e a necessidade de ser mais presente pra ele, eu deixei de participar de várias atividades acadêmicas, de	Sim, já precisei levar meus filhos pra emergência e faltei a aulas.

			participar de PIBIC OU PIBID, nunca fiz monitoria, nem projeto de extensão.	
19-	Só o de higiene pessoal. Como disse anteriormente, é muito complicado conciliar tudo.	Geralmente aos sábados, minha mãe fica com meu filho e eu consigo dar atenção a casa e a mim.	No domingo eu costumo fazer skincare e manicure. Tento também fazer meditação, e relaxar vendo filmes e séries. Mas tudo isso faço acompanhada pelo meu filho, em casa. rrsrs	Quase nunca, mas gosto de ficar sozinha alguns momentos do dia e pensar nas coisas.
20-	Sim, o auxílio creche	Não	Nenhuma	Não.
21-	Esse valor ajuda, mas não é suficiente. Uma creche noturna é cara, fora toda o gasto financeiro que se tem para manter a criança nesses locais, porque quem leva fraldas, leite, comida, roupas, entre outras coisas são os pais. Fora o dinheiro do transporte.	Não sabia da existência do auxílio	Acho muito pouco, pois podem existir mães sem nenhuma rede de apoio que precisem contratar alguém pra ficar com seus filhos, e esse valor não é compatível. Fora que esse valor por ser pouco, obriga as mães a contribuir com apenas um custeio, seja creche, seja alimentação da criança. Mas é melhor do que não receber nada...	Não tenho propriedade para responder, mas penso que não é suficiente tendo em vista que precisamos de muito mais para dar assistência aos nossos filhos.
22-	Não, algumas pessoas não sabem que existem essas políticas e as que sabem muitas perdem o prazo por falta de divulgação. Então, uma coisa que poderia de uma certa forma ajudar as mães estudantes, acaba não atendendo todo o público por falta de conhecimento.	Acredito que dependendo da situação sim, como se o empecilho fosse financeiro, já na minha não ajudaria tanto, por que eu não estaria presente em nenhum momento do dia para o meu filho, sairia para o trabalho e ele estaria dormindo e chegaria da faculdade ele estaria dormindo e como eu não tenho transporte eu não	Não penso academicamente falando, mas penso que poderia ter muito mais incentivo.	Penso, um ambiente para podermos amamentar e ficar com os bebês, mas flexibilidade na questão das faltas para mães que precisam levar seus filhos à emergência.

		teria como voltar pra casa nesse meio tempo, então para mim não teria dinheiro no mundo que comprasse tempo de qualidade com minha criança.		
23-	Uma maior solidariedade dos professores para esse público. Porque tenho muita dificuldade de realizar os trabalhos ao mesmo tempo que cuido da bebê. Então, uma compreensão por entregar trabalhos atrasados por essa justificativa já seria ótimo.	Talvez aulas EAD quando a mãe não conseguisse ir presencialmente, e talvez um berçário com cuidadoras treinadas para caso a mãe precise levar o bebê para o campus.	Além de aumentar o valor da bolsa, é extremamente necessário que a universidade construa um espaço para abrigar as crianças, para as mães poderem amamentar e trocar fraldas. Além de reuniões de conscientização do corpo docente para trazer um olhar diferenciado para as alunas-mães	Sim, uma compreensão a mais dos professores para as mães que precisam faltar pra ficar com seus filhos quando eles estão doentes.

1-	M9	M10	M11	M12
2-	27	27	30	39
3-	Em união estável	Solteira	Casada	Casada
4-	Parda	Parda	Parda	Parda
5-	Cônjuge e filhos	Pais e filho	Cônjuge e filho	Cônjuge e filhas
6-	Não	Não	Não	Sim
7-	Pedagogia	Economia	Pedagogia	Pedagogia
8-	2020.1 (segunda tentativa, depois de ser jubilada)	2017	2010	2016
9-	2	1	1	2
10-	8 anos e 5 anos (ambas as gestações aconteceram durante a primeira tentativa de graduação na mesma universidade, mesmo curso).	8 anos	5 anos	10 e 14 anos
11-	Sim, todos os quesitos mencionados.	Sim, tanto em questão de disponibilidade de tempo devido a demanda familiar, como distância entre a minha cidade e a faculdade.	Sim. Tenho dificuldades nos estudos em me concentrar para maior dedicação, na distância pois moro em Bezerros.	Sim. Posso citar todas, porém algumas delas com impacto maior.

12-	Há um mês, meu companheiro se mudou para a minha residência e cuida dos dois enquanto eu estudo. Antes disso, eu dependia da boa vontade da minha irmã ou da minha mãe, que sempre apresentavam alguma ocupação.	Sim, meu filho fica com os meus pais, ou com o pai dele.	Meu esposo fica com meu filho enquanto estou na faculdade.	Em alguns dias sim, noutros não.
13-	Sim. Crianças distraem, precisam de atenção, fazem barulho, têm inúmeras necessidades que não se consegue conciliar com a atenção às aulas.	Sim, por diversas vezes precisei levá-lo à universidade, e mesmo se tratando de uma criança calma tive dificuldade em permanecer nas aulas. Das primeiras vezes que o levei, ainda com dois anos de idade, era mais difícil, porém recebi muito suporte dos professores e colegas de turma. À medida que ele foi crescendo e se familiarizando com o ambiente da universidade foi se tornando mais fácil pra gente. No entanto, ainda é um pouco estressante, visto que as aulas são extremamente tediosas para uma criança, fazendo com que, por diversas vezes eu precisei me ausentar da sala.	Ainda não.	Sim. Precisei levar minha filha comigo pois não havia quem ficasse com ela e minha cota de falta já estava cheia. Não aproveitei a aula, já que não havia um berçário ou creche para que ela ficasse enquanto estivesse lá.
14-	Sou mãe solo, pois a criação/educação dos meus filhos é desenvolvida por mim, considerando que meu atual companheiro só	Sim.	Sou casada.	Sou casada.

	chegou pra morar comigo há um mês. Sim, recebo um valor menor do que foi garantido na justiça porque o genitor deles está desempregado, assim como eu.			
15-	É relativo, pois há vários níveis de participação. Ele pergunta como estão, como estão as aulas, se estão doentes... Pelo menos duas ou três vezes por semana, por mensagens no celular.	Sim.	Sim, é presente . Ele está sempre me auxiliando quanto aos cuidados e a educação do nosso filho.	Em parte sim. Leva elas na escola e às vezes fica com elas para que eu participe de aulas.
16-	Sim. Sem recurso para passagens de ônibus, com celular quebrado pra poder ler os textos em PDF ou pra poder digitar trabalhos no word, sem ninguém pra cuidar dos meninos, ou com um deles doente, ou exausta demais pela tripla jornada extremamente desgastante... Tudo isso gera faltas na universidade e tenho uma verdadeira coleção de disciplinas reprovadas por falta no meu histórico da faculdade.	Sim, no terceiro período do curso não consegui conciliar a maternidade com a vida acadêmica, chegando a trancar alguns períodos.	Sim . Problemas familiares, o financeiro também.	Tantas que ainda não conclui! A vida das mães é cheia demais, a universidade demanda muita atividade sobretudo para desenvolver em casa, o tempo da aula a noite já é caro demais para nossa rotina e levar 90% do conhecimento para desenvolver em casa é inalcançável para mim, nunca tive tempo para conciliar de forma decente. A parte financeira é complicada pois se quer fazer uma boa graduação não pode trabalhar devido ao tempo, se não trabalha falta dinheiro para o mínimo, resultado: todo dia me perguntava porque insistia tanto num lugar que "não me cabia" pois não aceitava/ levava em consideração minhas particularidades?

				Temo que deva desistir da graduação já que o trabalho celetista não me permite cursar os estágios no contraturno das aulas.
17-	Não.	Não.	Não.	Não.
18-	Sim. Não tenho participação em projetos de pesquisa, nem em monitorias, e todas as minhas horas complementares eu captei antes de engravidar pela primeira vez, na primeira tentativa de graduação, porque depois de ter um filho, e pior ainda depois do segundo filho, não tive mais como ir pra nenhum congresso, nenhum evento acadêmico, por nenhum deles ter estrutura pra que eu leve eles e pela imensa dificuldade de arranjar quem cuide deles, pois na maior parte da vida eu estive desempregada e sempre foi difícil sobreviver, o que não deixa margem econômica para contratar babás.	Sim, pois dificilmente consigo comparecer às aulas no período da tarde, e sempre acabo precisando faltar em caso dele ficar doente, inclusive já perdi diversas provas.	Sim, pois eu teria que me dedicar mais às atividades acadêmicas .	Sim. Cada atividade citada era mais trabalhada nos horários onde eu não estava na universidade, isso me limava de tentar ao menos me inscrever em qualquer um deles.
19-	Não mais. Já pratiquei jiu-jitsu, já fui doula voluntária na maternidade de Caruaru, já fiz alguns anos de psicoterapia... Não tenho mais estrutura pra retomar nada disso.	Sim, principalmente quando ele está na casa do pai. Mas atualmente, por se tratar de uma criança maior e mais independente, já consigo frequentar a academia, e fazer outras atividades, além de ter mais	Não.	Não tenho tempo.

		tempo para estudar.		
20-	Não.	Não.	Não.	Não.
21-	Não. A contratação de uma babá de confiança para cuidar de duas crianças durante vinte noites mensais certamente não custará apenas esse valor.	Sim, levando em consideração principalmente que sou uma mãe sem vínculo empregatício, trabalhando de forma autônoma, o auxílio seria empregado para mantê-lo com uma babá ou algum ambiente recreativo no período da tarde, para que eu pudesse ir às aulas nesse turno.	Uma ajuda boa porém não recebo.	Não é suficiente. O ideal era uma creche na universidade, esse valor não cobre as despesas.
22-	Não. Precisamos de creches na universidade com garantia de vagas para todas as mães universitárias e qualidade nos cuidados ofertados às crianças.	Na UFPE não existem muitas políticas voltadas para mulheres-mães fazendo com que muitas vezes, elas acabem ficando sobrecarregadas e desanimadas com a vida acadêmica, e acabem até desistindo do curso, ou precisando trancar.	Sim.	Creche na universidade, aulas onde se produza preferencialmente na sala e não em casa, melhoria nos valores do auxílio para oportunizar abrir mão de um trabalho para dedicar-se à formação universitária.
23-	Desburocratização no acesso aos programas de assistência que a universidade oferta.	Além de auxílio financeiro, suporte psicológico e necessidade de acompanhamento especial (como poder fazer provas em casa, ter direito a segunda chamada em provas sem apresentar atestado, e ter um limite maior de faltas), caso o filho enfrente alguma enfermidade ou seja portador de condição especial.	Apoio acadêmico, compreensão dos professores.	Creio que deixar ao menos 1 dia livre de aulas para pôr em dia atividades domésticas ou com as crianças dá um fôlego a mais e renova as forças para seguir a luta pelo diploma.

1-	M13	M14
2-	40	43
3-	Casada	Casada
4-	Parda	Parda
5-	Cônjuge e filhos	Cônjuge e filhos
6-	Não	Não
7-	Pedagogia	Pedagogia
8-	2019	2021
9-	2	3
10-	7 e 15 anos	9, 16 e 18 anos
11-	Sim. No início do curso, como meus filhos ainda eram pequenos e meu esposo trabalhava a noite, precisava de outro familiar para ficar com eles enquanto estava na universidade. Reservava os cuidados com minha mãe e sogra.	Sim, tanto que tive que esperar eles crescerem para concluir meus estudos.
12-	Agora fica com o pai.	Só o cônjuge no horário noturno, durante o dia não tenho com quem deixar, tanto que até o momento não fiz eletiva no contra turno.
13-	Sim. Foi bastante tranquilo e as professoras compreenderam e se mostraram receptivas.	Até o momento não.
14-	Não sou mãe solteira.	Sou casada.
15-	Sim.	Sim.
16-	Sim. Tinha que esperar meu esposo chegar do trabalho para poder ir para a faculdade a noite, chegando muitas vezes atrasada nas aulas.	Não.
17-	Sim	Sim.
18-	Não	Sim, porque existem projetos de extensão que seria interessante fazer para agregar no currículo acadêmico e optei por não fazer para não deixar minha filha só.
19-	Ultimamente raramente. Quando dá vou a academia.	Não.
20-	Não.	Não.
21-	Considero pouco e não sabia sobre o auxílio.	Não, porque no período noturno geralmente o valor é diferenciado.
22-	Não tenho conhecimento dessas políticas.	Não, porque deveria ter um local que pudéssemos deixar nossos filhos na universidade enquanto estivermos estudando.
23-	Acho que a própria universidade deveria dispor de um espaço com dimensão educativa para os filhos enquanto as mães assistissem às aulas. Poderia até ser parte de um projeto de extensão da graduação.	Poderia existir um local na universidade onde mães que não tivessem onde deixar seus filhos enquanto estudam e este mesmo local servisse como laboratório, já que, a universidade tem um curso de pedagogia.